

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente, a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos, codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia, tem entre seus principais clientes, grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

A Companhia, suas empresas controladas e coligadas (aqui definidas como “Companhia e suas investidas”) são as sociedades domiciliadas no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurícios, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Argentina, México, Uruguai e Colômbia, conforme detalhado na nota 2.3.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as combinações de negócio ocorridas durante o exercício de 2015, impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Companhia entende que a manutenção dos contratos com os principais clientes, a captação de novos clientes, o sustentável relacionamento com os seus principais clientes para o próximo exercício e o desenvolvimento de novas soluções para atender novos clientes, permitem garantir resultados financeiros satisfatórios que auxiliam na análise financeira da Companhia. Com as ferramentas aplicadas em seu processo de gestão, baseando-se nos históricos de resultados positivos, aliados ao acesso aos recursos financeiros para liquidação de suas obrigações, a Administração entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas levando em consideração o pressuposto da continuidade das operações da Companhia, não existindo eventos ou condições que possam gerar incertezas quanto a continuidade.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para a publicação pela Administração da Companhia em 10 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 25) e dos valores justos alocados nas combinações de negócio ocorridas (nota explicativa nº 10).

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas (coletivamente denominadas “Companhia e suas investidas”), cuja participação percentual nas datas dos balanços está apresentada a seguir:

Controladas	Denominação	% de participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
1. Trust Administração e Participações Ltda.	Trust	(**)	-	100	-
2. Valid Participações Ltda.	Valid Par	100	-	100	-
3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Argentina	97,4	2,6	95,6	4,4
4. Interprint Ltda.	Interprint	100	-	100	-
4.1. Valid Certificadora Digital Ltda.	Certificadora	-	100	-	100
4.2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Uruguai	-	100	-	100
4.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de C.V.	Valid México	-	100	-	100
4.4. Grupo Uram S.R.L.	Uram	-	51	-	- (*)
4.5. Inemator S.A.	Inemator	-	51	-	- (*)
5. Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	100	-	100	-
6. Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	100	-	100	-
6.1. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S.	Valid Colômbia	-	100	-	100
6.2. Valid USA, Inc.	Valid USA	-	100	-	100
6.2.1. ScreenCheck North America, LLC	Screencheck	-	100	-	100
6.2.2. Valid Secure Packaging, Inc	VSP	-	100	-	100
6.2.3. Marketing Software Company, LLC	MSC	-	100	-	100
6.3. Valid A/S (antiga “Fundamenture A/S)	Valid A/S	-	100	-	100
6.3.1. Valid Logistics Limited Mauritius.	Valid Logistics	-	100	-	100
6.3.2. Logos Solvo Limited Mauritius	Logos Solvo	-	100	-	100
6.3.3. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	-	100	-	100
6.3.3.1. Logos Smart Card Denmark A/S	Logos Denmark	-	100	-	100
6.3.3.2. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	-	100	-	100
6.3.3.3. Valid Europe AS Denmark	Valid Europe	-	100	-	100

Controladas	Denominação	% de participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
6.3.3.4. Valid Technologies Solutions Aps	Valid Technologies Solutions	-	100	-	100
6.3.3.5. Valid South Africa (Pty)Ltd	Valid South Africa	-	70	-	70
6.3.3.6. Valid Africa Ltd	Valid Africa	-	100	-	100
6.3.3.7. Valid Middle East FZE U.A.E.	Valid Middle East	-	100	-	100
6.3.3.8. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies Índia	-	99,9	-	99,9
6.3.3.9. Valid Asia Pte Ltd Singapore	Valid Singapore	-	100	-	100
6.3.3.10. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	-	99	-	99
6.3.3.11. Valid Investment Pte Singapore	Valid Investment	-	100	-	100
6.3.3.12. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	-	51	-	51
6.3.4. Logos Smart Card (Asia) Pte. Ltd Singapore	Logos Singapore	-	100	-	100
6.3.5. Logos Smart Card (Mauritius) Ltd Mauritius	Logos Mauritius	-	100	-	100

(*) A Interprint detinha influência significativa nas empresas Uram e Inemator, em 31 de dezembro de 2015, através de 31,17% de percentual de participação em cada uma dessas investidas e passou a deter controle, a partir de 25 de janeiro de 2016, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

(**) Em 09 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada Trust pela Controladora, conforme detalhado na nota explicativa nº 10(1).

1. Trust: empresa adquirida em setembro de 2006, com sede no estado do Paraná, Brasil, que tem como principal operação, a produção de bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel.
2. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades.
3. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários e de cartões inteligentes (Simcards) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai.
4. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Valid México, Grupo Uram S.R.L (“Grupo Uram”) e Inemator S.A. e (“Inemator”) e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México, Argentina e Uruguai respectivamente.
 - 4.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e.
 - 4.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevideu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com chip e cartões inteligentes em geral.
 - 4.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral.
 - 4.4. Inemator: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Montevideu, Uruguai, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário.
 - 4.5. Uram: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário.

5. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um bureaux comercial.
6. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas Valid Colômbia, Valid USA e Fundamenture.
 - 6.1. Valid Colômbia: empresa constituída em abril de 2014, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, atua como um bureaux comercial.
 - 6.2. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos da América, atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas ScreenCheck, VSP e MSC.

Investidas	Localidade	Atividade principal
Screencheck	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de secure fulfilment (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, gift cards e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de marketing de bancos de dados altamente efetivos

- 6.3. Valid A/S (antiga “Fundamenture A/S”): empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de smart cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM cards e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui 5 controladas diretas e 12 controladas indiretas (em conjunto com a Valid A/S, “Grupo Fundamenture”), conforme apresentado a seguir:

Controlada	Direta/Indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Dinamarca	Matriz de compras (Suply Chain)
Logos Solvo	Direta	Mauritius	Serviço de desenvolvimento de aplicações para empresas do grupo
Valid Holding Denmark	Direta	Dinamarca	Holding
Logos Denmark	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em software
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Europe	Indireta	Dinamarca	Holding
Valid Technologies Solutions	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em software
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de sim cards e soluções em software. Prestar serviços de gestão para Bluefish Africa.
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies Asia	Indireta	Singapura	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies Indonesia	Indireta	Indonésia	Venda de sim cards
Valid Investment Private Limited	Indireta	Singapura	Empresa para investimento
Valid Card Manufacturing Taiwan	Indireta	Taiwan	Central produtiva de sim cards
Logos Singapore	Direta	Singapura	Venda de sim cards e soluções em software. Prestar serviços de gestão de logística para Fundamenture Logistics.
Logos Mauritius	Direta	Mauritius	Venda de soluções em software para operadores de redes móveis

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas são consolidadas linha a linha, enquanto que as informações financeiras das coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e coligadas, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa sem a controlar. A controlada direta Interprint possuía influência significativa na coligada Multidisplay e esse investimento era contabilizado pelo método da equivalência patrimonial até ser classificado como mantido para venda. A localidade e percentual de participação estão apresentados a seguir:

Coligadas	Segmento Operacional	Localização	% de participação	
			31/12/2016	31/12/2015
Multidisplay	Telecom	Rio de Janeiro, Brasil	0,00	30,00

O investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia e suas investidas no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, na proporção da participação adquirida, é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento.

A demonstração do resultado, individual e consolidada, reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

Em 27 de agosto de 2015, a controlada Interprint, celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas que, em 27 de junho de 2016, foram totalmente atendidas. Em 4 de julho de 2016, foi concluída a venda da participação acionária de 30% da controlada Interprint Ltda. na empresa Multidisplay. (vide nota 10i).

Com tal desinvestimento, a Valid continuará sua estratégia de concentrar-se em negócios nos quais sua participação é majoritária e que mais se adequem ao seu portfólio de produtos e soluções.

A Controladora, através da sua controlada Interprint, detém 50% de participação na Incard. Em 27 de março de 2013, a Interprint denunciou o Joint Venture Agreement, firmado em 3 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos. A Interprint, por ter abdicado dos cargos da diretoria e órgãos de governança que tinha direito, deixou de deter controle conjunto nesta investida. A Companhia e os acionistas controladores da Incard vêm discutindo o desfecho e a Valid através de sua subsidiária Interprint constituiu, em 31 de dezembro de 2014, uma provisão de 100% do valor do seu investimento na Incard devido à incerteza na realização do mesmo.

2.4 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia e suas investidas em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

2.5 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.6 Moedas funcionais e de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas as moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média, em conformidade com o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), equivalente à IAS 21.

a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações e atualizadas pelas taxas de câmbio da data da divulgação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Empresas da Companhia e suas investidas

Moedas funcionais da Companhia e suas principais investidas:

Investidas	Moeda funcional
Valid	Real
Trust	Real
Valid Participações	Real
Valid Argentina	Peso Argentino
Interprint	Real
Certificadora	Real
Valid Uruguai	Peso Uruguaio
Valid México	Peso Mexicano
Uram	Peso Argentino
Inemator	Peso Uruguaio
Valid Sucursal	Peso Colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid Colômbia	Peso Colombiano
Valid USA	Dólar Americano
Screencheck	Dólar Americano
VSP	Dólar Americano
MSC	Dólar Americano
Grupo Valid A/S (antigo “Grupo Fundamenture A/S”) (*)	Dólar Americano

(*) Cada empresa do Grupo Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais, no entanto, a moeda funcional dólar é a mais representativa para o Grupo Valid A/S.

Os ativos e passivos das controladas com moeda funcional diferente do “Real” são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma dessas controladas, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos através de aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação.

As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

2.7 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas investidas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas investidas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Venda de serviços

A receita de venda de serviços é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

2.8 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia e suas investidas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor dos impostos diferidos ativos é revisado na data de cada período de relatório e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.9 Instrumentos financeiros

- a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia e suas investidas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas investidas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas investidas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas investidas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas investidas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda. A Companhia e suas investidas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) Valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas investidas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e suas investidas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

- (ii) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia e suas investidas reconhecem títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas investidas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. São classificados nas categorias de outros passivos ao custo amortizado ou passivos ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas investidas possuem passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia e suas investidas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia não possui instrumentos derivativos nos exercícios reportados.

2.10 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida ou a receber é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas investidas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas investidas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas investidas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado.

2.14 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são inicialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no CPC 04 (R1), equivalente à IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas investidas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram identificadas perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

2.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações da Companhia e suas investidas são atualizadas pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.17 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os arrendamentos financeiros transferem à Companhia e suas investidas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento em contrapartida à constituição de um passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e suas investidas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou pelo prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos dos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pela vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

2.18 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas investidas têm uma obrigação presente (legal ou presumida) que possa ser estimada de maneira confiável como consequência de um evento passado, e seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas investidas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam retorno de seus investimentos.

2.20 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.21 Novos pronunciamentos contábeis

Normas e interpretações novas e revisadas

2.21.1 Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores:

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas (“*Joint Operation*”).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2014-2016.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

2.21.2 Normas, e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016:

A Companhia não adotou IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM. Consequentemente, a Companhia e suas investidas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas investidas, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia exerce julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes, se baseando na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os efeitos decorrentes dessas revisões reconhecidos de forma prospectiva. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de vendas e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas investidas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia e suas investidas atuam.
- c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil (vide nota explicativa nº9).
- d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - a Companhia e suas investidas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras.

- e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização.
- f) Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível - a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício.
- g) Provisão para participação nos lucros - mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.
- h) Valor justo de instrumentos financeiros - quando os valores justos de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.
- i) Provisão para reestruturação – Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

4. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	21.522	22.048	128.237	127.124
Equivalentes de caixa	230.969	55.041	266.540	114.159
Caixa e equivalentes de caixa	252.491	77.089	394.777	241.283
Títulos e valores mobiliários	323	-	6.165	9.314
Total circulante	252.491	77.089	400.619	250.597
Total não circulante	323	-	323	-

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós-fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A remuneração média dos equivalentes de caixa foi de 100,3% a.a. do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (100,5% a.a do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Os títulos e valores mobiliários, na Controladora e Consolidado, referem-se ao fundo de investimento Criatec III, no montante de R\$323, e as aplicações financeiras mantidas pela controlada Valid Argentina, que compreendem certificados de depósito com prazos fixos de resgates inferiores a três meses, no montante de R\$5.842 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 - Consolidado (R\$9.314 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015- Consolidado), com remuneração de 25,2% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (31,0% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e sujeitos a risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	119.683	138.445	337.099	382.357
Provisão para perdas sobre créditos	(4.106)	(329)	(25.844)	(9.217)
Total	115.577	138.116	311.255	373.140
Total circulante:	111.272	132.207	298.500	359.930
Total não circulante:	4.305	5.909	12.755	13.210

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldos de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, controladora e consolidado, que compreendia um valor a receber de um cliente específico da Companhia, no montante de R\$5.744 (R\$5.374 em 31 de dezembro de 2015, conforme detalhado nesta nota explicativa) e R\$168 (R\$535 em 31 de dezembro de 2015), oriundos de renegociações feitas. A Companhia constituiu, em 2016, sobre o montante de R\$5.744, uma provisão para perda sobre créditos no valor de R\$1.607. Além desses valores, possuía, no consolidado, R\$8.450 referente a saldos a receber da controlada indireta (Certificadora), de contratos de credenciamento de autoridade de registros, com vencimento superior a um ano, trazidos a valor presente com base no IGP-M (R\$7.301 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição do saldo de contas a receber, por idade de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	70.310	108.760	194.152	255.669
Vencidos				
Até 30 dias	27.294	11.865	71.324	56.211
De 31 a 90 dias	5.171	9.251	21.266	33.785
De 91 a 120 dias	1.335	237	4.155	6.087
De 121 a 180 dias	3.445	739	11.686	8.581
De 181 a 365 dias	3.741	1.760	11.686	8.353
Há mais de 365 dias	8.387	5.833	22.830	13.671
Total vencidos	49.373	29.685	142.947	126.688
Total	119.683	138.445	337.099	382.357

Em 31 de dezembro de 2016, parte do saldo consolidado vencido, no montante de R\$75.481, é proveniente das controladas estrangeiras situadas na Espanha, USA, México, Argentina e Grupo Fundamenture (R\$83.691 em 31 de dezembro de 2015) e, portanto, sujeitas a valorização ou desvalorização do Real frente às moedas funcionais dessas investidas.

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e utiliza como premissa o histórico de recebimentos destes clientes a fim de cobrir possíveis riscos. A provisão para perdas sobre créditos é calculada com base nos históricos de perdas. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os montantes provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Interprint apresentava saldo de R\$4.352 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual foi constituído provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Valid Espanha apresentava saldo R\$9.538 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de R\$16.908 (controladora) e R\$50.357 (consolidado) (R\$8.569 e R\$36.692 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), sendo que deste montante, os saldos sem provisão para perda sobre créditos constituída eram de R\$12.802 (controladora) e R\$24.513 (consolidado) (R\$8.240 e R\$27.475 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). A seguir estão apresentados, por localidade, os principais saldos e o correspondente embasamento da Administração da Companhia para a não constituição de referida provisão:

Brasil

- Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldos de contas a receber, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, de clientes classificados no ativo não circulante, na controladora e no consolidado, de R\$4.137 (R\$5.374 em 31 de dezembro de 2015) referentes a serviços prestados e não recebidos até esta data, devido a retenções promovidas, unilateralmente, por um cliente da Companhia no âmbito dos contratos firmados entre as partes. A fim de reaver os valores bloqueados, a Companhia ingressou com duas ações e, em outubro de 2016, foi proferida decisão judicial de primeira instância favorável em um dos processos movidos contra o cliente. Diante desse cenário, com base no suporte dos assessores legais externos que atuam no referido processo judicial, o entendimento é de que tais retenções são, de fato, ilegais e que a Companhia espera receber os valores retidos em data futura, não havendo, nessa data, necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um saldo a receber vencido no montante de R\$9.349, sendo deste montante R\$7.057 em aberto há mais de 90 dias, referente a um cliente que se encontra em fase de recuperação judicial. A Administração entende que os saldos em aberto são realizáveis, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o plano de recuperação judicial está aprovado. A Companhia aguarda o recebimento dos valores incluídos na lista de credores do cliente.

Espanha:

- Em 31 de dezembro de 2016, um cliente da controlada Valid Espanha, com sede na Venezuela, apresentava saldo em aberto há mais de 90 dias de R\$6.947 (R\$5.892 em 31 de dezembro de 2015). Em determinadas situações o atraso é oriundo de dificuldades enfrentadas na saída do câmbio do país sede deste cliente. No entanto, o histórico de pagamentos das faturas vencidas suporta o entendimento da Administração da Companhia de que não há necessidade de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa para estes saldos em aberto. Os valores recebidos deste cliente no exercício de 2016, somam R\$3.925.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CSLL a recuperar	7.071	8.430	9.895	14.700
ICMS a recuperar	724	716	10.732	4.477
IPI a recuperar	20.996	18.079	21.509	18.889
Impostos federais retidos por clientes	2.890	2.539	3.501	2.701
Outros	718	873	815	877
Total	32.399	30.637	46.452	41.644
Total circulante	11.722	12.558	25.173	22.958
Total não circulante	20.677	18.079	21.279	18.686

O saldo de IPI a recuperar, classificados no ativo não circulante, se refere a créditos que a Companhia tem expectativa de realizar através de compensação com outros tributos federais ou pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha entrado com pedidos de restituição dos créditos de IPI no valor de R\$18.361 e aguarda posição do órgão federal.

Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, o imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matéria prima	26.599	41.424	70.191	113.197
Produtos em processo	23.937	22.856	40.598	48.742
Peças e materiais de reposição	4.772	3.779	5.925	4.959
Produtos para revenda e outros	-	-	7.285	10.936
Provisão para perdas de estoques	-	-	(3.445)	(2.719)
	55.308	68.059	120.554	175.115
Adiantamentos a fornecedores	6.610	4.510	8.445	6.716
Total	61.918	72.569	128.999	181.831

A variação do saldo de estoques, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se, principalmente, à redução dos estoques de chips no Brasil e nas controladas Valid USA, Valid Espanha.

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	7.055	6.528	8.524	8.507
Tributários	13.788	10.957	18.115	12.184
Cíveis, comerciais e outros	10.515	10.421	10.615	10.515
Total	31.358	27.906	37.254	31.206

Os valores individualmente mais representativos, depositados judicialmente pela Companhia, estão detalhados a seguir:

- Em 29 de maio de 2012, a Companhia efetuou depósito judicial referente a um auto de infração de natureza tributária, no valor de R\$7.009, referente a divergências identificadas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, que possui probabilidade de perda classificada como possível (nota explicativa nº 16, item b). Em 31 de dezembro de 2016, o depósito judicial possui o montante atualizado de R\$9.643.
- Em 8 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$6.646 referente a processo de natureza cível que possui expectativa de perda possível, tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e como objeto obter a suspensão de exigibilidade de multa imposta pela mesma à Companhia em processo administrativo por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido (nota explicativa nº 16, item b). Em 31 de dezembro de 2016, o depósito judicial possui o montante atualizado de R\$9.494.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos (ativo e passivo) e suas movimentações estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	31/12/2015	Resultado IR/CSLL diferidos	31/12/2016
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisões	4.708	345	5.053
Provisão para obsolescência do imobilizado	909	1.836	2.745
Provisão para devedores duvidosos	-	1.150	1.150
Provisão para royalties	1.076	(868)	208
Provisão para honorários advocatícios	557	57	614
Provisão para PLR	4.127	(1.768)	2.359
Provisão para despesas com reestruturação ¹	-	528	528
Outras adições temporárias	2.534	(744)	1.790
Prejuízo fiscal	-	22.790	22.790
Total impostos diferidos ativos	13.911	23.326	37.237

¹. Refere-se a constituição dos impostos diferidos ativo relacionado à reestruturação de plantas fabris no Brasil. Vide nota explicativa nº 30.

	Consolidado			
	31/12/2015	Resultado IR/CSLL diferidos	Variação cambial	31/12/2016
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisões	7.615	(227)	(241)	7.147
Efeito fiscal da contraprestação contingente ¹	6.626	(6.626)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	7.249	36.908	(1.392)	42.765
Provisão para devedores duvidosos	1.027	4.939	(228)	5.738
Provisão para obsolescência do imobilizado	2.512	4.155	(405)	6.262
Provisão para royalties	1.076	(868)	-	208
Provisão para honorários advocatícios	557	56	-	613
Provisão para despesas com reestruturação ³	-	1.934	(40)	1.894
Aluguéis diferidos	1.035	187	(176)	1.046
Provisão para PLR	6.963	(2.868)	(373)	3.722
Custo de transação na aquisição de empresa	4.943	(66)	(816)	4.061
Despesas financeiras com empréstimos ²	5.837	(4.525)	(869)	443
Outras adições temporárias	7.841	(1.187)	(761)	5.893
Total impostos diferidos ativos	53.281	31.812	(5.301)	79.792
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Amortização fiscal do ágio dedutível	(40.170)	(1.523)	852	(40.841)
Diferença depreciação - CPC 27 ⁴	(4.834)	(1.307)	791	(5.350)
Total impostos diferidos passivos	(45.004)	(2.830)	1.643	(46.191)
Total impostos diferidos	8.277	28.982	(3.658)	33.601

¹. Refere-se ao efeito fiscal da contraprestação contingente paga em 2013, decorrente da aquisição da Multidisplay.

². Refere-se a constituição de imposto de renda diferidos ativo na controlada Valid USA sobre as despesas com juros da dívida devido a indedutibilidade temporal por conta da regra de "thin capitalization" determinada pela legislação americana. Tais despesas de juros podem ser utilizadas no futuro.

³. Refere-se a constituição do imposto diferido ativo na reestruturação de plantas fabris no Brasil e Estados Unidos. Vide nota explicativa nº 30.

⁴. Refere-se a diferença do reconhecimento da despesa com depreciação pela capacidade de uso contra a vida útil fiscal.

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009, porém é passível de amortização para fins fiscais e, por isso, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes a mesma empresa jurídica da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2016				
	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	37.237	2.797	34.535	5.223	79.792
Impostos diferidos passivos		(35.777)	(9.250)	(1.164)	(46.191)
Total, líquidos	37.237	(32.980)	25.285	4.059	33.601
Total ativos fiscais	37.237	-	25.285	4.059	66.581
Total passivos fiscais	-	(32.980)	-	-	(32.980)

Consolidado	31/12/2015				
	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	13.911	9.140	25.605	4.625	53.281
Impostos diferidos passivos	-	(35.630)	(6.546)	(2.828)	(45.004)
Total, líquidos	13.911	(26.490)	19.059	1.797	8.277
Total ativos fiscais	13.911	-	19.059	1.797	34.767
Total passivos fiscais	-	(26.490)	-	-	(26.490)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, suportados por orçamentos aprovados pela Administração da Companhia:

	Controladora	Consolidado
2017	17.359	32.528
2018	4.693	15.322
2019	5.198	20.026
2020	5.881	5.710
2021e 2022	4.106	6.206
Total	37.237	79.792

10. Investimentos

Informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, as principais informações financeiras das empresas controladas e coligadas indiretas estão demonstradas a seguir:

Investidas ⁽¹⁾	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do exercício ⁽²⁾	Patrimônio líquido
Controladas:				
Valid Par	1.112	4	96	1.108
Valid Argentina ⁽³⁾	42.414	15.387	15.000	27.027
Interprint ⁽⁴⁾	229.820	49.832	84.282	179.988
- Certificadora	51.248	20.970	9.291	30.278
- Valid Uruguai	1.075	224	(376)	851
Valid México	22.411	18.337	215	4.074
Uram	1.349	213	(265)	1.136
Inemator	295	38	(198)	257
Valid Espanha	493.620	17.635	2.018	475.985
Valid Colômbia	44	-	(418)	44
Grupo Fundamenture	205.424	57.173	14.172	148.251
- Valid USA ⁽⁵⁾	487.713	425.878	(14.828)	61.835
Valid Sucursal	1.179	578	(1.444)	601

⁽¹⁾ Considera 100% dos saldos das investidas, independente do percentual de participação detido pela Valid nessas empresas.

⁽²⁾ Estão apresentados os resultados auferidos pelas controladas e coligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (para as investidas adquiridas no exercício de 2016, considera os resultados por estas auferidas desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2016).

⁽³⁾ A controlada Interprint detém 2,4% de participação da Valid Argentina

⁽⁴⁾ O resultado com equivalência patrimonial da Interprint considera os resultados da sua investida Multidisplay, no montante líquido de R\$21.766, classificado como operação descontinuada no resultado do exercício.

⁽⁵⁾ Considera os ativos, passivos e resultados das controladas Screencheck, VSP e MSC.

Movimentação dos investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

Controladora							
Investimentos	Saldos em 31/12/2015	Adições (aumento de capital)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Baixas por incorporação	Dividendos deliberados	Saldos em 31/12/2016
Investidas							
Valid Par	1.012	-	-	96	-	-	1.108
Interprint ¹	222.307	-	(4.601)	84.282	-	(122.000)	179.988
Valid Espanha	485.366	73.076	(84.475)	2.018	-	-	475.985
Valid Argentina	29.498	478	(11.629)	14.953	-	(6.983)	26.317
Valid Sucursal	18	2.082	(55)	(1.444)	-	-	601
Trust ²	9.903	-	-	(407)	(9.496)	-	-
	748.104	75.636	(100.760)	99.498	(9.496)	(128.983)	683.999
Ágio							
Valid Espanha	52.293	-	(9.990)	-	-	-	42.303
Valid Argentina	4.481	-	(1.426)	-	-	-	3.055
Trust (*)	3.649	-	-	-	(3.649)	-	-
	60.423	-	(11.416)	-	(3.649)	-	45.358
Total	808.527	75.636	(112.176)	99.498	(13.145)	(128.983)	729.357

(¹) O resultado com equivalência patrimonial da Interprint considera os resultados da sua investida Multidisplay, no montante líquido de R\$21.766 (vide ne 10i) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, classificado como operação descontinuada no resultado do exercício.

(²) Em 09 de dezembro de 2016, a controlada Trust foi incorporada pela Controladora no qual, o patrimônio líquido levantado na data da incorporação era de R\$9.496 (ne 10 l).

(*) Foi reclassificado para o grupo de intangível o valor do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R\$3.649 (vide ne 11)

Consolidado					
Investimentos	Saldos em 31/12/2015	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Multidisplay - investimento ²	11.013	-	1.939	(12.952)	-
Multidisplay - ágio ²	13.955	-	-	(13.955)	-
Uram ¹	105	20	-	(125)	-
Uram ágio ¹	952	92	-	(1.044)	-
Inemator ¹	52	(3)	-	(49)	-
Inemator - ágio ¹	207	22	-	(229)	-
Total investimento	26.284	131	1.939	(28.354)	-

(¹) Em janeiro de 2016, foi realizado aporte de capital nas investidas Inemator e Uram pela Interprint. Por se tratar de uma combinação de negócios, foi realizada a baixa dos investimentos na data da obtenção do controle, conforme os itens (a) e (b) desta nota. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial considera somente o período anterior à obtenção de controle pela Interprint.

(²) Em 27 de junho de 2016, as condições suspensivas para venda da participação da controlada da Companhia Interprint na Multidisplay foram atendidas. Em 4 de julho de 2016, foi concluída a venda da totalidade da participação acionária de 30% de sua controlada Interprint Ltda. na empresa Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") e o resultado do ganho de capital bruto na transação está sendo apresentado na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas (vide ne 10i). O resultado de equivalência patrimonial do exercício foi classificado, dentro do resultado do exercício, como lucro líquido do exercício de operações descontinuadas.

Os eventos societários relacionados ao investimento da Companhia e suas controladas, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão detalhados a seguir:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R\$ mil
Interprint (a)	Aquisição da participação Uram	Reunião dos Sócios	US\$400 mil	1.640
Interprint (b)	Aquisição da participação Inemator	Reunião dos Sócios	US\$100 mil	410
Valid Espanha (c)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$10.746 mil	39.600
Valid Colômbia Sucursal (d)	Aumento de capital	Reunião da Diretoria	US\$350 mil	1.276
Interprint (e)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$42 milhões	42.000
Valid Certificadora (f)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$12 milhões	12.000
Valid Argentina (g)	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US\$152 mil	478
Valid Colômbia Sucursal (h)	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US\$250 mil	806
Interprint (i)	Alienação da participação da coligada Multidisplay	Reunião do Conselho de Administração	R\$67 milhões	66.988
Valid Argentina (j)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US\$2.042 milhões	6.784
Valid Argentina (j)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US\$61 mil	198
Interprint (e)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R\$80 milhões	80.000
Valid Espanha (c)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$10.000 mil	33.476
Valid USA (k)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$10.000 mil	33.476
Valid USA (k)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US\$7.566 mil	25.191
Trust (l)	Incorporação	Assembleia Geral Extraordinária	R\$9.496	9.496

a) Aquisição de participação na Uram

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da sua controlada Interprint, de 31,17% das ações do Grupo Uram pelo valor total de US\$300 mil (equivalentes a R\$1.120 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$255 mil (equivalentes a R\$952 na data de aquisição), quando foi identificada mais valia alocável na rubrica de carteiras de clientes no montante US\$46 mil, no qual a Interprint detém US\$14 mil (equivalente a R\$55).

Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$400mil (equivalente a R\$1.640 naquela data) na Uram, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%.

A Uram está estabelecida na cidade de Buenos Aires, Argentina, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (Fixed Wired Telephony); (ii) solução de Canal de Marketing pelo SIM Card; (iii) solução de Mobile Banking; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de Backup de agenda do SIM card.

Em 25 de janeiro de 2016, os saldos de investimentos foram desreconhecidos e o investimento total detido após a obtenção de controle foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

	Uram (25/01/2016)
Ativo	
Ativo circulante	2.217
Caixa e equivalente de caixa	1.715
Contas a receber	456
Impostos a recuperar	46
Ativo não circulante	169
Imobilizado	46
Intangível	94
Outras contas a receber	29
Passivo	
Passivo circulante	(399)
Fornecedores	(98)
Obrigações fiscais	(272)
Encargos sociais	(29)
Passivo não circulante	(6)
Outras contas a pagar	(6)
Valor justo dos ativos líquidos de 100 % da Uram	1.981
Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital	1.158
Aporte de capital	1.640
Contraprestação transferida	2.798
Mais: participações de não controladores	971
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(1.981)
Ágio gerado na aquisição	1.788
Contraprestação transferida	(2.798)
Investimento detido anteriormente	1.158
Caixa adquirido	1.715
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Uram	75

b) Aquisição de participação na Inemator S.A.

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da sua controlada Interprint, de 31,17% das ações da Inemator pelo valor total de US\$75 mil (equivalentes a R\$280 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$55 mil (equivalentes a R\$207 na data de aquisição), quando foi identificada mais valia alocável na rubrica de carteiras de clientes no montante US\$15 mil, no qual a Interprint detém US\$5 mil (equivalente a R\$18).

Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$100mil (equivalente a R\$410 naquela data) na Inemator, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%.

A Inemator está estabelecida na cidade de Montevidéu, Uruguai, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (Fixed Wired Telephony); (ii) solução de Canal de Marketing pelo SIM Card; (iii) solução de Mobile Banking; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de Backup de agenda do SIM card.

Em 25 de janeiro de 2016, os saldos de investimentos foram desreconhecidos e o investimento total detido após a obtenção de controle foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

	Inemator (25/01/2016)
Ativo	
Ativo circulante	865
Caixa e equivalentes de caixa	734
Investimentos temporários	15
Contas a receber	6
Impostos a recuperar	20
Outros Créditos	90
Ativo não circulante	44
Imobilizado	2
Intangível	42
Passivo	
Passivo circulante	(417)
Fornecedores	(364)
Obrigações fiscais	(7)
Encargos sociais	(4)
Outras contas a pagar	(42)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da Inemator	492
 Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital	 255
Aporte de capital	410
Contraprestação transferida	665
Mais: participações de não controladores	241
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(492)
Ágio gerado na aquisição	414
Contraprestação transferida	(665)
Investimento detido anteriormente	255
Caixa adquirido	734
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Inemator	324

c) Aumento de capital Valid Espanha

Em 4 de março de 2016, a Controladora realizou a capitalização do mútuo na controlada Valid Espanha, no montante de US\$10.746 mil (equivalentes a R\$39.600 na data da capitalização).

Em 18 de novembro de 2016, a Controladora realizou um aumento de capital na Valid Espanha no valor de US\$10.000 mil (equivalentes a R\$33.476 na data da aquisição).

d) Aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal

Em 14 de março de 2016, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal no valor de US\$350 mil (equivalentes a R\$1.276 na data da capitalização).

e) Pagamento de dividendos na Interprint

Em 20 de abril de 2016, a controlada Interprint realizou pagamento de dividendos para a Controladora no valor de R\$42.000 referente aos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 20 de dezembro de 2016, a controlada Interprint realizou pagamento de dividendos para a Controladora no valor de R\$80.000 referente aos resultados do período de 11 meses findo em 30 de novembro de 2016.

f) Pagamento de dividendos na Valid Certificadora

Em 20 de abril de 2016, a Valid Certificadora realizou pagamento de dividendos para a sua controladora Interprint no valor de R\$12.000 referente aos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

g) Aumento de capital Valid Argentina

Em 1 de agosto de 2016, a Controladora realizou a capitalização do mútuo na controlada Valid Argentina, no montante de US\$152 mil (equivalentes a R\$478 na data da capitalização).

h) Aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal

Em 10 de agosto de 2016, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal no valor de US\$250 mil (equivalentes a R\$806 na data da capitalização).

i) Alienação da participação da coligada Multidisplay (operação descontinuada)

Em 27 de agosto de 2015, a controlada Interprint celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay, representada por 30% do total das ações, pelo valor de R\$60.000. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em novembro de 2015, o CADE emitiu o parecer de nº 391, de 2015, favorável à operação e em 27 de junho de 2016, foi concedida pelo Banco Central a última autorização necessária para a conclusão da operação. Em 4 de julho de 2016, foi liquidado em caixa o montante de R\$66.988, gerando um ganho de capital bruto no montante de R\$40.081.

A seguir, demonstramos o ganho de capital obtido na venda da participação acionária, em milhares de reais:

Ganho de capital líquido	R\$ mil
Valor de venda ¹	66.988
Saldo de investimento na data da venda	(12.952)
Ágio na aquisição na data da venda	(13.955)
Ganho de capital bruto reconhecido em julho de 2016 ²	40.081

¹Valor de venda bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação.

² Resultado bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação.

A seguir, os efeitos da operação descontinuada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício de operações em continuidade	66.503	127.542	66.629	127.575
Resultado de equivalência patrimonial do exercício sobre operações descontinuadas	21.766	5.523	1.939	5.523
Ganho bruto sobre ativos de operações descontinuadas	-	-	40.081	-
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre operações descontinuadas	-	-	(13.628)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre operações descontinuadas ¹	-	-	(6.626)	-
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas	21.766	5.523	21.766	5.523
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	88.269	133.065	88.395	133.098

¹. Refere-se a reversão do efeito fiscal da contraprestação contingente paga em 2013, decorrente da aquisição da Multidisplay.

j) Pagamento de dividendos Valid Argentina

Em 19 de dezembro de 2016, a controlada Valid Argentina realizou pagamento de dividendos para a sua Controladora Valid no valor de US\$2.042 mil (equivalentes a R\$6.784 na data da aquisição).

Em 19 de dezembro de 2016, a controlada Valid Argentina realizou pagamento de dividendos para a sua Controladora Interprint no valor de US\$61 mil (equivalentes a R\$198 na data da aquisição).

k) Aumento de capital Valid USA

Em 23 de novembro de 2016, a Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de US\$10.000 mil (equivalentes a R\$33.476 na data da capitalização).

Em 10 de dezembro de 2016, a Valid Espanha realizou a capitalização do mútuo na controlada Valid USA no valor de US\$7.566 mil (equivalentes a R\$25.191 na data da capitalização).

l) Incorporação Trust

Em 09 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada pela sua Controladora. O objetivo da incorporação da controlada Trust pela Companhia é a racionalização e simplificação da estrutura societária das sociedades, trazendo benefícios de ordem administrativa, econômica financeira e fiscal, mediante a redução de despesas e impostos. Os saldos contábeis envolvidos na data da incorporação estão demonstrados abaixo:

	Trust (09/12/2016)
Ativo	11.262
Circulante	6.394
Caixa e equivalente de caixa	5.234
Contas a receber de clientes	422
Impostos a recuperar	319
Estoques	199
Outras contas a receber	220
Não circulante	4.868
Outras contas a receber	77
Depósitos Judiciais	858
Imobilizado	3.933
Passivo	11.262
Circulante	1.022
Fornecedores	223
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	686
Impostos, taxas e contribuições a recolher	113
Não circulante	744
Provisões	744
Patrimônio Líquido	9.496
Capital social	7.525
Reservas de lucros	1.971

	Trust 01/01/2016 à 09/12/2016
Receita bruta de vendas e serviços	11.634
Impostos e devoluções	(1.437)
Receita de vendas líquida	10.197
Custos das mercadorias e serviços	(9.783)
Lucro bruto	414
Despesas com vendas	(349)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(154)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	(89)
Receitas financeiras	321
Despesas financeiras	(194)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38
Imposto de renda e contribuição social correntes	(445)
Lucro líquido do período	(407)

Em adição aos eventos societários do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acima descritos, destacamos os eventos societários a seguir, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 reportados, que impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras:

a) Aquisição VSP

Em reunião realizada em 30 de janeiro de 2015, a Valid USA aprovou a aquisição de, substancialmente, todos os ativos da Card Cells, LLC e assunção de determinados passivos desta empresa, através da subsidiária Valid Secure Packaging, Inc, subsidiária integral da Valid USA, pelo valor de US\$8.394 mil (equivalente a R\$22.297 na data de aquisição). Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, baseado nos fluxos de caixa futuros e sinergias esperadas com manufaturas de cartões no montante de US\$1.002 mil (equivalentes a R\$2.662) e os valores justos dos ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócio, estão demonstrados a seguir (em milhares de reais):

	VSP 30/01/2015
Ativo	
Circulante	696
Contas a receber de clientes	316
Estoque	375
Despesas antecipadas	5
Não circulante	20.670
Imobilizado	15.225
Software	951
Carteira de clientes ¹	4.287
Outros ativos não circulantes	207
Passivo	(1.731)
Fornecedores	(1.408)
Outras contas a pagar	(323)
Ágio na aquisição Valid Secure Packaging, Inc	2.662
Preço de aquisição	22.297

¹ A carteira de clientes, classificada como ativo intangível, adquirida na operação, possui vida útil definida remanescente estimada em 15 anos.

As receitas e o resultado do período da controlada indireta adquirida foram considerados no resultado consolidado da Companhia e suas investidas a partir da data da obtenção do controle até 31 de dezembro de 2015, impactando, desta forma, onze meses dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados nestas demonstrações financeiras, para fins de comparabilidade.

b) Aquisição MSC

Em reunião realizada em 12 de junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 100% do capital social da empresa Marketing Software Company, LLC (“MSC”) através da subsidiária Valid USA pelo valor de US\$40.503 mil (equivalente a R\$125.968 na data de aquisição), através de um empréstimo bancário. Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura e considerando as sinergias esperadas com a aquisição, no montante de US\$22.834 mil (equivalentes a R\$71.016) e os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios, estão demonstrados a seguir (em milhares de reais):

	MSC (12/06/2015)
Ativo	
Circulante	5.967
Caixa e equivalente de caixa	2.503
Contas a receber de clientes	2.954
Estoques	39
Despesas antecipadas	471
Não circulante	52.635
Imobilizado	52.635
Móveis e utensílios	220
Máquinas e equipamentos	678
Intangível	
Marcas	510
Carteira de clientes ¹	50.113
Software	925
Outros ativos não circulantes	189
Passivo	
Circulante	(3.650)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	(2.926)
Receita diferida	(709)
Outras contas a pagar	(15)
Ágio na aquisição da MSC	71.016
Preço de aquisição da MSC	125.968
Caixa adquirido na aquisição	(2.503)
Caixa pago pela aquisição da MSC, líquido do caixa adquirido	123.465

¹A carteira de clientes, classificada como ativo intangível, adquirida na operação, possui vida útil definida remanescente em 15 anos.

As receitas e o resultado do período da controlada indireta adquirida foram considerados no resultado consolidado da Companhia e suas investidas a partir da data da obtenção do controle até 31 de dezembro de 2015, impactando, desta forma, dezoito dias e seis meses dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados nestas demonstrações financeiras, para fins de comparabilidade.

c) Aumento de capital na Valid Uruguai

Em 23 de fevereiro de 2015, a controlada Interprint realizou o aumento de capital na Valid Uruguai no montante de US\$420 mil (equivalente a R\$1.299 naquela data).

d) Aumento de capital na Valid México

Em 27 de abril de 2015, a controlada Interprint realizou o aumento de capital na Valid México sem modificação no número de cotas através de conferência de bem por cessão de uma máquina personalizada de cartões no valor de 320 mil Euros e um aporte de capital no montante de MEX\$2.014 mil pesos mexicanos (equivalente a R\$1.019 e R\$384, respectivamente, naquela data).

e) Distribuição de dividendos Interprint

Em 30 de abril de 2015, a controlada Interprint aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos referente ao exercício de 2014 no montante de R\$15.000 que foram pagos no mês de maio de 2015.

Em 22 de maio de 2015, a controlada Interprint aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos referente ao exercício de 2014 no montante de R\$5.000 que foram pagos no mês de maio de 2015.

Em 3 de dezembro de 2015, a controlada Interprint aprovou a distribuição de dividendos intermediários com base no balanço levantado em 30 de junho de 2015, no montante de R\$38.000 que foram pagos no mês dezembro de 2015.

f) Aumento de capital na Valid Argentina

Em 25 de junho de 2015, foi aprovado o aumento de capital na Valid Argentina através de conferência de bem, por cessão de uma máquina para laminação de cartão plástico no valor residual contábil do item, correspondente a 321 mil Euros (equivalente a R\$1.058 naquela data).

g) Aumento de capital na Valid Espanha

Em 1º de outubro de 2015, a Controladora efetuou um aporte de capital na Valid Espanha, em espécie, no montante de US\$93.500 mil (equivalentes a R\$371.765 naquela data).

Em 2 de dezembro de 2015, a Controladora realizou a capitalização parcial do mútuo em aberto há época a receber da controlada, no montante de US\$10.000 mil (equivalentes a R\$39.630 naquela data).

h) Fundamenture A/S

Em 2 de setembro de 2015, a controlada Valid Espanha celebrou um contrato de compra e venda com as empresas Cheltenham Beteiligungs AG e Soltop APS, sociedades constituídas sob as leis da Alemanha e Dinamarca (em conjunto denominadas “Vendedoras”), respectivamente, para aquisição da totalidade das ações da Fundamenture A/S (“Fundamenture”). A Fundamenture atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de smart cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM cards e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A aquisição da Fundamenture pela Valid Espanha foi concluída em 6 de outubro de 2015. A Fundamenture está sediada na Dinamarca e está presente na Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

O valor da aquisição é representado pelo montante de US\$90.697 mil (equivalentes a R\$349.791) pagos à vista pela Valid Espanha às Vendedoras, acrescido do valor justo do earn-out a ser pago, em 2018, que poderá chegar a um montante máximo de US\$48.300 mil. O valor justo estimado do earn-out na data de aquisição foi de US\$589 mil (equivalente a R\$2.272 naquela data).

O montante máximo relacionado à cláusula de earn-out do contrato de compra e venda firmado entre as partes se concretizará se o EBITDA médio anual combinado da Valid Espanha e da Fundamenture, a ser apurado nos exercícios de 2015 a 2017, for igual ou superior a US\$31.000 mil. O EBITDA, utilizado para mensurar o earn-out a ser pago, tomará como base as demonstrações financeiras individuais anuais da Valid Espanha e da Fundamenture.

Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura e considerando as sinergias esperadas da combinação de negócios, no montante de US\$47.627 mil (equivalentes a R\$183.683 naquela data) e os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios, estão demonstrados a seguir (em milhares de reais):

	Fundamenture (06/10/2015)
Ativo	
Circulante	104.409
Caixa e equivalente de caixa	11.285
Contas a receber de clientes	56.273
Estoques	12.959
Adiantamentos e outras contas a receber	23.892
Não circulante	124.526
Outras contas a receber	355
Imobilizado	3.367
Intangível	
Marcas	14.270
Carteira de clientes ¹	28.540
Software	77.994
Passivo	
Circulante	(48.086)
Fornecedores	(20.155)
Outras contas a pagar	(27.931)
Não circulante	(185)
Impostos diferidos	(185)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% do Grupo Fundamenture	180.664

¹A carteira de clientes, classificada como ativo intangível, adquirida na operação, possui vida útil definida remanescente em 10 anos.

Valor justo dos ativos líquidos de 100% do Grupo Fundamenture	180.664
Valor efetivamente pago	349.791
Valor a pagar (earn-out)	2.272
Contraprestação transferida	352.063
Mais: participações de não controladores	12.284
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(180.664)
Ágio gerado na aquisição	183.683
Contrapartidas pagas em caixa	349.791
Saldo do caixa e equivalentes de caixa adquirido	(11.285)
Saída de caixa líquida na aquisição de controlada	338.506

As receitas e o resultado do período da controlada indireta adquirida foram considerados no resultado consolidado da Companhia e suas investidas a partir da data da obtenção do controle até 31 de dezembro de 2015, não impactando, desta forma, os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados nestas demonstrações financeiras, para fins de comparabilidade.

As participações não controladoras foram reconhecidas na data de aquisição com base no valor justo do Grupo Fundamenture considerando o percentual de participação detido pelos acionistas não controladores que, naquela data alcançava o montante de US\$3.185 mil (equivalente a R\$12.285 na data de aquisição).

i) Distribuição de dividendos da Trust

Em 2 de dezembro de 2015, a controlada Trust realizou a aprovação de dividendos adicionais a distribuir no montante de R\$5.000, sendo, R\$2.500 referentes ao exercício de 2014 e R\$2.500 referentes a dividendos intercalares de 2015, pagos no mês de dezembro de 2015.

j) Constituição da Valid Sucursal

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu a empresa Valid Sucursal pelo montante de 15.000 mil pesos colombianos (equivalente a R\$18 na data da constituição), com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia. Esta empresa atuará como um bureau comercial visando expansão de negócios na América do Sul.

11. Intangível

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada como segue:

Intangível	Controladora				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldos advindos de Incorporação	Amortizações	
Vida útil definida					
Software	19.478	10.085	-	(5.206)	24.357
Vida útil indefinida					
Ágio da controlada Trust (*)	-	-	3.649	-	3.649
Total	19.478	10.085	3.649	(5.206)	28.006

(*) Transferência do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R\$3.649 (vide ne 10 I)

Intangível	Consolidado						Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Adições por aquisições de controladas	Amortizações	Variação Cambial	
Vida útil definida							
Software	161.759	33.230	(501)	-	(30.943)	(23.993)	139.552
Carteira de clientes	95.542	-	-	136	(10.219)	(12.635)	72.824
Marcas e patentes	17.957	-	-	-	(517)	(2.940)	14.500
Licença certificação digital	-	100	-	-	(4)	-	96
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Ágios:							
- Interpret	103.792	-	-	-	-	-	103.792
- Valid Espanha	52.293	-	-	-	-	(9.990)	42.303
- Valid Argentina	4.718	-	-	-	-	(1.503)	3.215
- Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
- Valid USA	765	-	-	-	-	(126)	639
- ScreenCheck	15.370	-	-	-	-	(2.542)	12.828
- MSC	89.076	-	-	-	-	(14.731)	74.345
- VSP	3.913	-	-	-	-	(646)	3.267

Consolidado							
Intangível	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Adições por aquisições de controladas	Amortizações	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2016
- Inemator	-	-	-	414	-	(63)	351
- Uram	-	-	-	1.788	-	(893)	895
- Fundamenture	180.165	-	-	-	-	(24.943)	155.222
Total	729.499	33.330	(501)	2.338	(41.683)	(95.005)	627.978

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada como segue:

Controladora				
Intangível	Saldo em 31/12/2014	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2015
Vida útil definida				
Software	17.544	6.902	(4.968)	19.478
Total	17.544	6.902	(4.968)	19.478

Consolidado						
Intangível	Saldos em 31/12/2014	Adições	Adições por aquisições de controladas	Amortizações	Variação Cambial	Saldos em 31/12/2015
Vida útil definida						
Software	52.371	35.308	79.870	(18.741)	12.951	161.759
Carteira de clientes	-	-	82.940	(2.410)	15.012	95.542
Marcas e patentes	1.759	1.878	14.780	(1.252)	792	17.957
Vida útil indefinida						
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	500
Ágios:						
- Interprint	103.792	-	-	-	-	103.792
- Valid Espanha	39.703	-	-	-	12.590	52.293
- Valid Argentina	4.959	-	-	-	(241)	4.718
- Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
- Valid USA	521	-	-	-	244	765
- ScreenCheck	10.455	-	-	-	4.915	15.370
- MSC	-	-	71.016	-	18.060	89.076
- VSP	-	-	2.662	-	1.251	3.913
- Fundamenture	-	-	183.683	-	(3.518)	180.165
Total	217.709	37.186	434.951	(22.403)	62.056	729.499

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados, principalmente, por carteira de clientes e direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente as taxas média de 6,7% e 20,0% ao ano, respectivamente, com base nas vidas úteis estimadas ou prazos de licença (aplicável para direitos de utilização de software) e marcas e patentes sendo amortizados a taxa média de 20% e 13,3% ao ano, respectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida referem-se, principalmente, aos ágios gerados nas aquisições de controladas.

Perdas por redução ao valor recuperável:

No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da “unidade geradora de caixa - UGC”.

O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22, equivalente ao IFRS 8.

Ao final de 2016, a Companhia e suas investidas realizaram a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não foram identificados ajustes a serem reconhecidos relativos a redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou quando ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia e suas investidas acreditam que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e suas investidas diretas ou indiretas e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves, sobre as quais a administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas investidas. O mesmo é preparado por país e/ou negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação do grupo, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos do grupo;
- Projeção dos resultados operacionais para os próximos 5 anos, com base em nos resultados esperados pelo grupo com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de 5 anos, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento o setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações das investidas e da Companhia.

A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das investidas da Companhia, tendo como base o risco país de cada investida, determinado pela Administração local e Brasil, em conjunto.

	UGC (localidade)	Taxa média de crescimento	Taxa de desconto	Ativos líquidos em 31/12/2016	Metodologia utilizada
Investida					
Trust	Brasil	79%	13,4%	R\$ 3.647	Valor em uso
Interprint	Brasil	4%	13,4%	R\$ 283.778	Valor em uso
Valid Argentina	Argentina	35%	23,9%	R\$ 30.241	Valor em uso
Valid Espanha/Fundamenture	Telecom	5%	10,4%	US\$147.409	Valor em uso
Screencheck	EUA	35%	10,4%	US\$18.261	Valor em uso
VSP	EUA	47%	11,4%	US\$8.452	Valor em uso
MSC	EUA	7%	9,3%	US\$39.543	Valor em uso

Após as análises efetuadas a Administração da Companhia concluiu que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa, não havendo necessidade de reconhecimento para perda a valor recuperável.

12. Imobilizado

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos Advindos de incorporação	Baixas	Transferências	Provisão para obsolescência 2	Saldos em 31/12/2016
Custo							
Terrenos	3.732	-	154	-	-	-	3.886
Edificações	80.124	19	1.537	(13.344)	6.011	(5.400)	68.947
Máquinas e Equipamentos	196.818	837	3.178	(5.082)	999	-	196.750
Leasing¹	35.209	12.045	-	-	-	-	47.254
Móveis e Utensílios	13.944	1.502	27	(1.243)	161	-	14.391
Veículos	3.266	225	-	(516)	84	-	3.059
Equipamentos e	127.245	12.714	79	(68.707)	1.574	-	72.905
Processamento de dados							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.490	-	-	(5.400)	128	-	5.218
Imobilizado em andamento	13.594	7.151	-	(1.776)	(4.816)	-	14.153
Adiantamentos a fornecedores	776	3.782	-	-	(4.141)	-	417
Subtotal do Custo	485.198	38.275	4.975	(96.068)	-	(5.400)	426.980
Depreciação							
Edificações	(28.561)	(3.941)	(689)	11.858	-	-	(21.333)
Máquinas e Equipamentos	(118.575)	(10.246)	(268)	5.000	-	-	(124.089)
Leasing¹	(20.237)	(9.550)	-	-	-	-	(29.787)
Móveis e Utensílios	(7.100)	(1.108)	(18)	1.243	-	-	(6.983)
Veículos	(1.189)	(579)	-	443	-	-	(1.325)
Equipamentos e	(88.969)	(12.062)	(67)	68.701	-	-	(32.397)
Processamento de dados							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.184)	(685)		5.400	-	-	(1.469)
Subtotal depreciação	(270.815)	(38.171)	(1.042)	92.645	-	-	(217.383)
Total imobilizado líquido	214.383	104	3.933	(3.423)	-	(5.400)	209.597

¹ Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme nota nº 30.

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	Provisão para obsolescência ²	Saldos em 31/12/2016
Custo							
Terrenos	9.999	-	-	(956)	-	-	9.043
Edificações	117.779	89	(13.776)	(1.601)	6.148	(5.400)	103.239
Máquinas e Equipamentos	434.952	5.458	(23.447)	(28.539)	18.864	(6.783)	400.505
Leasing ¹	35.209	22.232	-	1.396	(1.740)	-	57.097
Móveis e Utensílios	22.237	1.880	(1.478)	(890)	83	-	21.832
Veículos	4.282	255	(516)	(174)	277	-	4.124
Equipamentos e Processamento de dados	184.188	17.413	(69.456)	(4.290)	2.000	-	129.855
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.238	260	(5.467)	(7.721)	823	-	43.133
Imobilizado em andamento	25.093	38.575	(1.773)	(4.797)	(22.162)	-	34.936
Adiantamentos a fornecedores	870	3.840	-	-	(4.293)	-	417
Subtotal do Custo	889.847	90.002	(115.913)	(47.572)	-	(12.183)	804.181
Depreciação							
Edificações	(48.455)	(5.102)	12.290	312	8	-	(40.947)
Máquinas e Equipamentos	(239.676)	(30.617)	20.869	13.559	10	-	(235.855)
Leasing ¹	(20.237)	(10.254)	-	13	(8)	-	(30.486)
Móveis e Utensílios	(11.252)	(1.938)	1.407	430	(1)	-	(11.354)
Veículos	(1.656)	(788)	443	110	-	-	(1.891)
Equipamentos e Processamento de dados	(125.712)	(18.367)	69.457	1.976	(1)	-	(72.647)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(14.295)	(3.398)	5.467	1.693	(8)	-	(10.541)
Subtotal da depreciação	(461.283)	(70.464)	109.933	18.093	-	-	(403.721)
Total imobilizado líquido	428.564	19.538	(5.980)	(29.479)	-	(12.183)	400.460

¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

² Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme nota nº 30.

Controladora						
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Reverso de provisão para perda ²	Saldos em 31/12/2015
Custo						
Terrenos	3.732	-	-	-	-	3.732
Edificações	81.091	-	(967)	-	-	80.124
Máquinas e Equipamentos	188.084	2.500	(1.843)	6.577	1.500	196.818
Leasing ¹	35.209	-	-	-	-	35.209
Móveis e Utensílios	14.067	1.414	(1.563)	26	-	13.944
Veículos	2.785	1.439	(958)	-	-	3.266
Equipamentos e Processamento de dados	129.063	10.186	(12.011)	7	-	127.245
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.490	-	-	-	-	10.490
Imobilizado em andamento	6.248	7.799	(453)	-	-	13.594
Adiantamentos a fornecedores	2.301	5.085	-	(6.610)	-	776
Subtotal do Custo	473.070	28.423	(17.795)	-	1.500	485.198
Depreciação						
Edificações	(26.430)	(3.069)	938	-	-	(28.561)
Máquinas e Equipamentos	(109.142)	(10.342)	909	-	-	(118.575)
Leasing ¹	(11.252)	(8.985)	-	-	-	(20.237)
Móveis e Utensílios	(7.692)	(969)	1.561	-	-	(7.100)
Veículos	(1.314)	(497)	622	-	-	(1.189)
Equipamentos e Processamento de dados	(90.317)	(10.614)	11.962	-	-	(88.969)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.980)	(204)	-	-	-	(6.184)
Subtotal depreciação	(252.127)	(34.680)	15.992	-	-	(270.815)
Total imobilizado líquido	220.943	(6.257)	(1.803)	-	1.500	214.383

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Adição por aquisições de controladas	Baixas	Variação cambial	Transferências	Reversão de provisão para perda	Saldos em 31/12/2015
Custo								
Terrenos	8.149	-	-	-	1.850	-	-	9.999
Edificações	118.325	164	-	(1.366)	3.109	(2.453)	-	117.779
Máquinas e Equipamentos	370.263	9.654	16.071	(31.176)	40.038	21.102	9.000	434.952
Leasing¹	35.209	-	-	-	-	-	-	35.209
Móveis e Utensílios	20.851	1.705	445	(2.214)	1.338	112	-	22.237
Veículos	3.638	1.181	-	(1.246)	79	-	-	4.282
Equipamentos e Processamento de dados	175.246	14.487	2.153	(13.861)	5.127	1.036	-	184.188
Benfeitorias em imóveis de terceiros	37.641	49	821	-	13.326	3.401	-	55.238
Imobilizado em andamento	12.936	31.608	-	(6.494)	2.313	(15.270)	-	25.093
Adiantamentos a fornecedores	3.561	5.237	-	-	-	(7.928)	-	870
Subtotal do Custo	785.819	64.715	19.490	(56.357)	67.180	-	9.000	889.847
Depreciação								
Edificações	(46.827)	(4.404)	-	1.308	(503)	1.971	-	(48.455)
Máquinas e Equipamentos	(218.571)	(30.108)	-	22.324	(13.326)	5	-	(239.676)
Leasing¹	(11.252)	(8.985)	-	-	-	-	-	(20.237)
Móveis e Utensílios	(10.878)	(1.771)	-	1.802	(463)	58	-	(11.252)
Veículos	(1.650)	(702)	-	803	(107)	-	-	(1.656)
Equipamentos e Processamento de dados	(121.585)	(16.093)	-	13.523	(1.552)	(5)	-	(125.712)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(7.927)	(3.165)	-	-	(1.174)	(2.029)	-	(14.295)
Subtotal da depreciação	(418.690)	(65.228)	-	39.760	(17.125)	-	-	(461.283)
Total imobilizado líquido	367.129	(513)	19.490	(16.597)	50.055	-	9.000	428.564

As baixas, na controladora e consolidado, são, substancialmente, de itens do ativo imobilizado que, em 31 de dezembro de 2016, estavam totalmente depreciados.

	Taxa de Depreciação
Edificações	4,0%
Máquinas e equipamentos	9,6%
Leasing	16,7%
Móveis e utensílios	10,1%
Veículos	20,0%
Equipamentos de processamento de dados	20,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12,5%

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R\$3.895.

13. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid USA
Valor total	US\$52.500 mil	US\$10.000 mil	US\$10.000 mil	US\$10.000 mil
Data de Vencimento	Novembro/18	Abril/19	Outubro/19	Janeiro/20
Remuneração	2,64% a.a.	Libor + 2,70% a.a.	Libor + 2,65% a.a.	Libor + 2,70% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Semestrais (a partir de Abr/16)	Trimestral (a partir de Dez/15)	Semestral (a partir de Jan/17)
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Semestrais (a partir de Out/14)	Trimestral (a partir de Dez/14)	Semestral (a partir de Jul/15)

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Financiamentos (b)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid Certificadora
Valor total	US\$10.000 mil	US\$17.000 mil	US\$44.000 mil	R\$29.875
Data de Vencimento	Março/20	Jun/19	Junho/17	Setembro/18
Remuneração	Libor 3 Meses + 2,65% a.a	Libor 3 Meses +2,65% a.a	Libor 12 Meses + 3% a.a	TJLP + 1,5%a.a
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Fiança Bancária
Amortização do principal	Trimestral a partir de Set/16	Semestral a partir de Dez/16	Parcela única no vencimento	Mensais (a partir de Out/14)
Pagamento de juros	Trimestrais a partir de Jun/15	Trimestrais a partir de Set/16	Anuais a partir de Jun/16	Trimestrais até Set/14 e mensais a partir de Out/14

Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)	Leasing (c)	Leasing (c)
Tomador	Valid S.A.	Valid USA	Valid USA	Valid S.A
Valor total	R\$25.863	US\$1.071 mil	US\$151 mil	R\$12.045
Data de Vencimento	Novembro/18	Março/18	Agosto/18	Maio/2018
Remuneração	INPC	1,09% a.a.	6,16% a.a.	IPC-Fipe
Garantia	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais	Mensais	Mensais

Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)
Tomador	Valid USA	Valid USA
Valor total	US\$2.153 mil	US\$854 mil
Data de Vencimento	Maior/22	Junho21
Remuneração	5,42% a.a	5,80% a.a.
Garantia	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais

Debêntures (d)	4ª emissão-30/04/2013	5ª emissão-24/06/2015	6ª emissão-24/06/2016
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013	Reunião do Conselho de Administração em 25/05/2015	Reunião do Conselho de Administração em 11/05/2016
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações	6.250 debêntures simples não conversíveis em ações	199.613 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$10	R\$10	R\$1.000
Valor total	R\$250.000	R\$62.500	R\$199.613
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	Abril/18	Junho/18	Junho/19
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)	109% da Taxa média DI Acumulada	114,8% da Taxa média DI Acumulada
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano	Parcela única no vencimento	Parcela única no vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir de Dez/15	Semestral, a partir de Dez/16
“Rating” pela Moody’s	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	390.698	254.548	390.698	254.548
Leasing	26.458	21.893	37.534	24.625
Financiamentos	-	-	11.840	18.344
Empréstimos	-	-	361.398	453.906
Total	417.156	276.441	801.470	751.423
Circulante	85.856	80.297	326.049	168.175
Não circulante	331.300	196.144	475.421	583.248

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos dos exercícios apresentados:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, a Valid USA captou empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. no montante de US\$52.500 mil, para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Em 29 de abril de 2014, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itau BBA International plc., no montante de US\$10.000 mil para arcar com os custos de reestruturação da empresa. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Em 31 de outubro de 2014, a Valid USA contratou linha de crédito de US\$20.000 mil junto ao HSBC Bank USA. Desta linha, foi realizada em 31 de outubro de 2014 a captação de US\$10.000 mil, sendo aproximadamente US\$3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US\$7.000 mil para capital de giro e, em 30 de abril de 2015 captou os US\$10.000 mil remanescentes. A Controladora é garantidora desse empréstimo.

Em 29 de janeiro de 2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itau BBA International plc., no montante de US\$10.000 mil, com o objetivo de obter caixa para a aquisição dos ativos da VSP. A Controladora é a garantidora desse empréstimo.

Em 12 de junho de 2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de US\$44.000 mil com o objetivo de obter caixa para a aquisição da empresa MSC. A Controladora é a garantidora desse empréstimo.

Em 10 de maio de 2016, a Valid USA contratou uma linha de crédito de US\$ 17.000 mil junto ao Banco Citibank S.A. Desta linha, foi realizada em 10 de maio e 30 de setembro de 2016, a captação de US\$ 10.000 mil e US\$ 7.000 mil, respectivamente, com objetivo de reposição do caixa para liquidação de compromissos no curto prazo.

Os empréstimos preveem a manutenção de determinados *covenants trimestrais*, para os quais a Valid USA cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Demonstramos abaixo as principais cláusulas *covenants* financeiros e operacionais dos empréstimos da Valid USA:

- Dívida líquida dividido pelo Ebitda menor ou igual a três;
- Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75;
- A Companhia está restrita a:
 - (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que a mesma tenha sido aprovada pelo credor);
 - (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa;
 - (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra Companhia, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão);
 - (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, onde venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos R\$91.929 (R\$55.162 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sendo deste montante R\$14.462 (R\$7.186 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) a título de juros sobre empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos dos empréstimos registrados na Companhia e suas investidas estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Principal	357.404	448.966
Juros	3.994	4.940
Total	361.398	453.906
Circulante	230.686	80.145
Não circulante	130.712	373.761

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, a Certificadora captou financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$29.875, tendo sido liberado o montante de R\$26.500 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O financiamento prevê a manutenção de determinados *covenants* exigíveis até o término do contrato para os quais a subsidiária Valid Certificadora cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Demonstramos abaixo as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais deste financiamento:

- Redução do quadro de pessoal da Beneficiária sem disponibilizar programa de treinamento, voltado a oportunidades de recolocação ao mercado de trabalho, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas em retrospectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem:
 - (I) Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (II) Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; e
 - (III) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.
- Caso a aplicação dos recursos sejam divergentes do previsto no contrato;
- Na data de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada da Beneficiária ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos referentes a este financiamento o montante de R\$7.827 (R\$8.170 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sendo deste montante R\$1.131 (R\$1.566 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) a títulos de juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos dos financiamentos registrados na Companhia e suas investidas estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Principal	11.802	18.285
Juros	38	59
Total	11.840	18.344
Circulante	6.782	6.708
Não circulante	5.058	11.636

c) Leasing a pagar

A Companhia possui arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros. O prazo médio desses arrendamentos é de 6 anos. A Companhia possui opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento.

As obrigações da Companhia e suas investidas assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

Conforme previsto em contrato, a Companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de US\$8.700 mil o qual passou a ser descontado desde janeiro de 2014 e continuará sendo descontado nas prestações futuras, sendo parte destas prestações referente ao pagamento da máquina e parte referente ao serviço de operação da máquina. A parcela do adiantamento referente à aquisição da máquina está apresentada líquida na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e a parcela referente à operação da máquina na rubrica “Outras contas a receber”. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo em aberto no montante de R\$18.874 (R\$21.462 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia firmou, em abril de 2016, um aditivo ao contrato classificado como leasing financeiro, no montante de pagamentos mínimos de R\$12.045 com vigência de 27 meses referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens serão revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário. Em 31 de dezembro de 2016, saldo em aberto é de R\$7.584.

A Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$1.071 mil com vigência de 48 meses, em abril de 2014, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuados pagamentos no montante de R\$930 (equivalentes a US\$269 mil).

Em janeiro de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$151 mil com vigência de 36 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuados pagamentos no montante de R\$144 (equivalentes a US\$42 mil).

Em maio de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$2.153 mil com vigência de 72 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuados pagamentos de R\$200 (equivalentes a US\$ 58mil).

Em junho de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$854 mil com vigência de 48 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuados pagamentos R\$311 (equivalentes U\$90mil).

A seguir demonstramos os pagamentos mínimos futuros a pagar referentes aos arrendamentos financeiros da Companhia e suas investidas em 31 de dezembro de 2016 (não contempla encargos futuros).

	Controladora			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de leasing	19.771	6.687	-	26.458
Total de pagamentos mínimos líquidos	19.771	6.687	-	26.458

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de leasing	22.496	13.014	2.024	37.534
Total de pagamentos mínimos líquidos	22.496	13.014	2.024	37.534

d) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Principal	62.500	62.500
Juros	3.585	4.548
	66.085	67.048
Não circulante		
Principal	324.613	187.500
	324.613	187.500
Total	390.698	254.548

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants trimestrais*, para os quais a Companhia cumpriu, adequadamente, as cláusulas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Demonstramos, abaixo, os *covenants* financeiros das debêntures da Companhia:

- Dívida líquida dividido pelo Ebitda menor ou igual a três;
- Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75;

A Companhia captou, no segundo trimestre de 2015, as debêntures de 5º emissão com o valor principal de R\$62.500 e liquidou a parcela do circulante das debêntures de 4º emissão no montante de R\$62.500 em 29 de abril de 2015.

Em 6 de julho de 2016, foi captado o montante de R\$199.613 referente a captação da 6º emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos juros remuneratórios sobre debêntures no valor total de R\$47.372 (R\$33.191 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2016 (não considera encargos futuros):

	Controladora	Consolidado
2017	85.856	326.049
2018	131.687	254.315
2019	199.613	215.150
2020	-	3.929
2021	-	1.534
2022	-	493
Total	417.156	801.470

14. Operações de arrendamento operacional

Os principais contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. A Companhia e suas investidas não têm a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir estão divulgados os principais compromissos não canceláveis assumidos pela Companhia e suas investidas referentes a arrendamentos operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Até um ano	15.084	13.896	14.380	22.543
De um a cinco anos	18.100	47.800	41.684	78.090
Mais de cinco anos	-	3.010	56.646	60.483

A Companhia não possui passivos reconhecidos em relação aos contratos de arrendamento operacional por entenderem que estes não são onerosos. O total reconhecido como despesa nos exercícios está divulgado na nota explicativa nº 28.

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CSLL a recolher	-	-	1.785	8.803
ICMS a recolher	119	1.071	639	1.091
ISS a recolher	2.101	2.210	4.472	5.070
COFINS a recolher	2.003	1.849	2.829	2.759
PIS a recolher	438	399	615	595
Outros	1.166	388	1.354	493
Total	5.827	5.917	11.694	18.811

16. Provisões

A Companhia e suas controladas figuram como parte autora e parte ré em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora				Saldos em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos advindos de incorporação	
Trabalhistas	12.046	5.475	(4.725)	744	13.540
Tributárias	1.101	26	-	-	1.127
Cíveis, comerciais e outros	702	166	(674)	-	194
Total	13.849	5.667	(5.399)	744	14.861

	Consolidado				Saldos em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Variação Cambial	
Trabalhistas	17.878	8.370	(7.322)	(575)	18.351
Tributárias	4.362	34	(3.162)	-	1.234
Cíveis, comerciais e outros	715	173	(684)	-	204
Total	22.955	8.577	(11.168)	(575)	19.789

a) Provisões

Na opinião da Administração da Companhia, amparada na análise e avaliação de seus consultores jurídicos externos, as principais causas classificadas com expectativa de perda provável e, portanto, reconhecidas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- **Trabalhistas:** Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a equiparação salarial no valor agregado de R\$3.727 e a pagamento de verbas trabalhistas no valor agregado de R\$2.104 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.289 e R\$2.074 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) (Controladora e Consolidado).
- **Tributárias:** O saldo provisionado refere-se à Ação Anulatória de débito que representa uma contingência de R\$1.127 em 31 de dezembro de 2016 (R\$806 em 31 de dezembro de 2015). O objeto da referida ação é o reconhecimento de que parte do débito exigido na Execução Fiscal nº 2005.51.01.511329-9, oriundo da exclusão do lucro real de valores de aplicações financeiras bloqueados pelo Plano Collor, foi compensado com crédito em favor da Valid.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a principal baixa da provisão de processos tributários diz respeito a 3 Ações Anulatórias em que a Interprint impugnava 3 autos de infração. Estes autos foram lavrados pela SEFAZ-SP sob o entendimento de que na operação seria devido o recolhimento do ICMS, ao passo que a Interprint tributou a operação pelo ISS por se tratar de confecção de bens sob encomenda. Como nos tribunais superiores foi proferida decisão de cunho processual desfavorável à Interprint, o prognóstico de perda passou para provável. Dessa forma, optou-se por aderir ao Programa Especial Parcelamento (PEP) do Estado de São Paulo na modalidade parcela única de modo que foi possível aproveitar-se dos maiores descontos oferecidos pelo Fisco para quitação do débito.

b) Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	24.663	34.934
Tributários	182.493	88.391
Cíveis, comerciais e outros	50.812	41.040
Total	257.968	164.365

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	31.092	46.008
Tributários	224.468	136.634
Cíveis, comerciais e outros	80.279	68.166
Total	335.839	250.808

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

• Processos tributários:

- i) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”): A Companhia possui autuações lavradas, de 2010 a 2013, por autoridades fiscais federais sob o argumento de que os impressos personalizados produzidos pela Companhia deveriam ter uma classificação fiscal distinta daquela que foi adotada. De acordo com o código fiscal indicado pela Receita Federal, os materiais confeccionados pela Companhia estariam sujeitos à tributação pelo IPI, configurando-a, portanto, como devedora de IPI à União Federal.

Ainda na mesma autuação, o Fisco utilizou os créditos de IPI (vide nota explicativa 8), acumulados em razão da aquisição de insumos aplicados na confecção dos referidos impressos, para abater os débitos apurados, objetos das autuações. Ato contínuo, como consequência da amortização dos créditos de IPI com os débitos, o Fisco glosou declarações de compensação nas quais foram utilizados estes créditos. Por uma mudança na orientação financeira do tema, a Companhia deixou de compensar os créditos acumulados com outros tributos federais e passou a requerer o ressarcimento em moeda dos correspondentes valores.

De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia considera a perda como possível e, dessa forma, deixa de constituir provisão. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2016, destes processos monta R\$38.771 (R\$51.630 em dezembro de 2015).

- ii) Auto de infração -Arquivos eletrônicos fiscais: A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora, em 2012, auto de infração, no montante de R\$11.622 (R\$10.304 em 31 de dezembro de 2015), referente a multas por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais (GIA e EFD). A Valid ingressou com ação judicial para anular o débito, que se encontra, atualmente, em primeira instância judicial, na fase de realização de perícia.
- iii) Execução fiscal ICMS - São Paulo: A Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou contra a controlada Interprint, em 2014, ação de execução fiscal que, considerando atualizações e honorários advocatícios, perfaz o montante de R\$5.646 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.148 em 31 de dezembro de 2015). Trata-se de cobrança de suposto débito de ICMS, relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo na venda de cartões indutivos. Atualmente esse processo se encontra aguardando o julgamento em primeira instância judicial.
- iv) INSS: O Instituto Nacional do Seguro Social -INSS está reclamando, desde 2007, um recolhimento por parte da controladora no montante atualizado de R\$1.664 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.728 em 31 de dezembro de 2015). Em sentença amparada por súmula vinculante, o juiz afastou a parte do débito que estava prescrito. Atualmente está pendente o julgamento dos recursos de apelação apresentados pelas partes.
- v) IRPJ e CSLL: A Receita Federal lavrou, em 2013, auto de infração contra a controlada Interprint, no montante atualizado de R\$27.293 em 31 de dezembro de 2016 (R\$24.679 em 31 de dezembro de 2015), referente à suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na escrituração contábil da mesma. Atualmente, o processo encontra-se em fase administrativa e ainda pendente de julgamento da impugnação apresentada pela Interprint em 2014.
- vi) A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Companhia, cobrando supostos valores de ICMS desde janeiro de 2012 a dezembro de 2013, por entender ser exigível ICMS sobre (i) transferências entre estabelecimentos do mesmo titular e para (ii) saídas para outros estabelecimentos tributadas como prestação de serviço. Em 31 de dezembro de 2016, o montante atualizado do referido processo é de R\$88.204 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015). Em 11 de abril de 2016, foi proferida decisão parcialmente favorável à Companhia. Atualmente, a discussão encontra-se em fase de recurso administrativo.
- vii) A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração em face da Companhia cobrando supostas diferenças de II, IPI, PIS e COFINS por divergir da classificação fiscal dos insumos importados sob a denominação “circuito integrado”, ao passo que os identificou como “cartões inteligentes”. Em 11.02.2016, ciência do acórdão que julgou improcedente a impugnação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o montante atualizado do referido processo é de R\$16.375. Atualmente, a discussão encontra-se em fase de recurso administrativo perante o CARF.

- **Processos cíveis, comerciais e outros:**

- i) Ação cível ajuizada contra a controladora em 03/02/2004, cujo autor é ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação é de R\$27.084 em 31 de dezembro de 2016 (R\$23.637 em 31 de dezembro de 2015).
- ii) Ação cível ajuizada pela controladora em 09/07/2007, requerendo a anulação ou, se assim não se entender, a redução da multa imposta pela ANATEL. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação, em 31 de dezembro de 2016, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$12.355 (R\$9.051 em 31 de dezembro de 2015).
- iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em primeira instância. O valor atualizado da ação, em 31 de dezembro de 2016, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$26.787 (R\$24.653 em 31 de dezembro de 2015).

- **Processos trabalhistas:**

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações possíveis de maior representatividade referentes aos temas acima somam o montante de R\$7.241 em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$0 na controladora e R\$14.130 no consolidado (R\$10.875 e R\$24.450 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 2,5% a 3,0% a.a. reconhecidos na demonstração do resultado.

17. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Contas a receber		
Interprint (c)	1	40
Valid Argentina (f)	-	59
Valid Colômbia (d)	299	214
Valid USA (e)	103	205
Total Ativo circulante	403	518
Não circulante		
Outras contas a receber		
Valid Argentina - mútuo (a)	-	3.533
Valid Espanha - mútuo (b)	-	41.667
Total Ativo não circulante	-	45.200

		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores			
Trust (h)		-	(37)
Valid Espanha (i)		(1.410)	-
Fundamenture(j)		(78)	-
Total Passivo circulante		(1.488)	(37)

		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015
Demonstração dos resultados			
Receita líquida		6.462	821
Interprint(c)		213	212
Valid Colômbia (d)		3.240	308
Valid USA (e)		125	242
Valid Argentina (f)		2.696	59
Valid México(g)		188	-
Custo das mercadorias e serviços		(7.977)	(621)
Trust (h)		(2.289)	(481)
Argentina (i)		(449)	-
Valid Espanha (j)		(5.081)	-
Interprint (k)		(5)	(138)
Fundamenture(l)		(149)	-
Valid Certificadora		(4)	(2)
Receita financeira		2.192	44.732
Valid Argentina (a)		381	1.562
Valid Espanha (b)		1.811	43.170
Despesa financeira		(4.629)	(18.564)
Valid Argentina (a)		(783)	(384)
Valid Espanha (b)		(3.846)	(18.180)

As principais características das transações entre partes relacionadas que afetam a Controladora estão descritas a seguir:

- (a) Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Companhia, no montante de até US\$2.000 mil. A Valid Argentina (mutuária) se comprometeu a restituir a Companhia (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito. Em julho de 2013, foi capitalizado parte do montante mutuado no valor de US\$711 mil (R\$1.583 na data da capitalização). Em 30 de maio de 2016, foi liquidada parte do saldo em aberto naquela data, no montante de R\$2.652. O valor remanescente devido, com base no termo aditivo firmado 22 de dezembro 2015, está sujeito a encargos remuneratórios de Libor 6 meses mais juros de 3,62% a.a. Em 1º de agosto de 2016, foi capitalizado o montante de R\$478 (equivalentes a US\$152 mil). Em 31 de dezembro de 2016, não existem saldos em aberto a receber pela Valid Argentina. (R\$3.533 equivalentes a US\$905 mil em 31 de dezembro de 2015).

- (b) Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Companhia, no montante de até US\$5.000 mil. Este contrato foi aditado em 21 de maio de 2013 e 8 de agosto de 2013 aumentando este montante para até US\$20.000 mil. Parte do saldo do mútuo em aberto foi capitalizada em 2 de dezembro de 2015, no montante de US\$10.000 mil, equivalentes naquela data a R\$39.631. Em 21 de dezembro de 2015, o referido contrato de mútuo foi aditado alterando a taxa de juros incidentes desde o início do contrato para Libor de 6 meses acrescido de um spread de 3,62% a.a. Em março de 2016, foi capitalizado o montante de R\$39.600 (equivalente a US\$10.746 mil) conforme detalhado no item c da nota explicativa nº10. Em 31 de dezembro de 2016, não existem saldos em aberto a receber pela Companhia da Valid Espanha (R\$41.667 em 31 de dezembro de 2015 equivalentes a US\$10.671 mil).
- (c) A controlada Interprint compra determinados insumos diretamente da Controladora. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$213, reconhecido como receita na Controladora (R\$212 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (d) A controlada Valid Colômbia compra determinados materiais diretamente da Controladora. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$3.240, sendo reconhecido como receita na Controladora (R\$308 no exercício findo em 31 de dezembro 2015).
- (e) A controlada Valid USA compra determinados materiais e serviços diretamente da Controladora. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. No exercício findo em 31 de dezembro 2016, a operação totalizou o montante de R\$125, reconhecido como receita na Controladora (R\$242 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (f) A controlada Valid Argentina compra determinados materiais diretamente da Controladora. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$2.696, reconhecido como receita na Controladora (R\$59 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (g) A controlada Valid México compra determinados materiais e serviços diretamente da Controladora. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$188, sendo reconhecido como receita na Controladora (R\$0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (h) A controlada Trust vende determinados insumos diretamente para a Controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$2.289, reconhecido como custo na Controladora e receita na controlada Trust (R\$481 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (i) A controlada Valid Argentina vende determinados insumos diretamente para a Controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$449, sendo reconhecido como custo na Controladora e receita na controlada Valid Argentina (R\$0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

- (j) A controlada Valid Espanha vende determinados insumos diretamente para a Controladora. No exercício findo 31 de dezembro de 2016, a operação totalizou o montante de R\$5.081, sendo reconhecido como custo na Controladora e receita na controlada Valid Espanha (R\$0 no exercício findo de 31 de dezembro 2015).
- (k) A controlada Interprint vende determinados insumos diretamente para a Controladora. No exercício findo em 31 de dezembro 2016, a operação totalizou o montante de R\$5, sendo reconhecido como custo na Controladora e receita na controlada Interprint (R\$138 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (l) A controlada Fundamenture vende determinados insumos diretamente para a Controladora. No exercício findo em 31 de dezembro 2016, a operação totalizou o montante de R\$149, sendo reconhecido como custo na Controladora e receita na controlada Fundamenture (R\$0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Transações patrimoniais entre partes relacionadas que não impactaram a Controladora e o Consolidado:

- Em 31 de dezembro de 2016, a Valid Espanha possuía em seu ativo, contas a receber com a Valid Argentina no montante de R\$715, R\$2.214 com a Valid USA e R\$14.402 com a Valid México, referentes à venda de insumos (R\$5.878 com a Valid México, R\$734 Valid Argentina e R\$2.027 com a Valid USA em 31 de dezembro de 2015).
- Em 31 de dezembro de 2016, o grupo Fundamenture possuía em seu ativo, contas a receber com a Valid Espanha no montante de R\$1.439, Valid USA R\$ 4.005 e Valid Argentina R\$ 67 referente a venda de insumos.
- Em 11 de fevereiro de 2014, a controlada Valid USA firmou um contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de US\$2.500 mil, com juros de 3,5% a.a. O prazo de mútuo possuía vencimento original em 11 de fevereiro de 2015, com prorrogação automaticamente até fevereiro de 2016. Em fevereiro de 2016, as partes acordaram a prorrogação deste contrato até fevereiro de 2018. Não possuindo saldo em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 sendo capitalizado em sua totalidade o mútuo entre as empresas em 21 de dezembro de 2016.
- Em 25 de novembro de 2014, a controlada Valid USA firmou um contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de US\$4.500 mil com juros de 3,5% a.a. O prazo de mútuo possui vencimento original em 25 de novembro de 2017, podendo ser prorrogável automaticamente até 25 de novembro de 2019. Não possuindo saldo em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo capitalizado em sua totalidade o mútuo entre as empresas em 21 de dezembro de 2016.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 22 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$396.000, o qual passou de R\$360.000, correspondente a 55.750.000 ações ordinárias, para R\$756.000, deduzido os custos de emissão, líquido de impostos e contribuições, no valor total de R\$15.180, totalizando R\$740.820, representado por 64.750.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Este aumento de capital foi decorrente da emissão pela Companhia de 9 milhões de novas ações ordinárias no âmbito da oferta pública realizada, com esforços restritos de colocação, de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas e escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço de R\$44,00 (em Reais) por ação.

Cabe ressaltar, que a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital e ações em tesouraria

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$6.111.

Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações são adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém 70.932 ações ordinárias em tesouraria (90.576 ações em 31 de dezembro de 2015), cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Custo de Aquisição (em reais)		
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	9,90	20,66	18,95

Baseado na última cotação de mercado disponível, em 31 de dezembro de 2016, o valor das ações em tesouraria é de R\$2.163, cujo preço médio ponderado, assim como preço mínimo e preço máximo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última Cotação
Ação ordinária	23,53	40,01	31,05	24,63

c) Reservas de lucros**Reserva legal**

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva legal representava o montante de R\$49.883 (R\$45.469 em 31 de dezembro de 2015).

Reserva para investimento

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva para investimento, constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos é submetida para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia submeteu e aprovou, em 29 de abril de 2016, a destinação de R\$58.567 para esta reserva referente ao exercício social de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a reserva de investimento apresentava um saldo de R\$248.305 (R\$220.948 em 31 de dezembro de 2015).

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação	Data	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014			15.731
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2014	R\$0,19600	09/01/2015	(10.900)
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2014 (valor bruto de R\$5.496)	R\$0,09882	09/01/2015	(4.831)
Dividendos adicionais declarados referentes ao exercício de 2014	R\$0,18396	16/04/2015	10.238
Pagamento de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2014	R\$0,18396	15/05/2015	(10.238)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$15.061)	R\$0,27059	22/06/2015	12.995
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2015	R\$0,05000	13/07/2015	2.783
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$15.061)	R\$0,27059	03/08/2015	(12.995)
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015	R\$0,05000	03/08/2015	(2.783)
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2015	R\$0,10116	11/11/2015	6.541
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$13.604)	R\$0,21040	11/11/2015	11.775
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015	R\$0,10116	27/11/2015	(6.541)
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$13.604)	R\$0,21040	27/11/2015	(11.775)
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2015	R\$0,12711	21/12/2015	8.218
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$5.544)	R\$0,08576	21/12/2015	4.803
Saldo em 31 de dezembro de 2015			13.021
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015	R\$0,12711	18/01/2016	(8.218)
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$5.544)	R\$0,08576	18/01/2016	(4.797)
Dividendos adicionais declarados referentes ao exercício de 2015	R\$0,24891	29/04/2016	16.094
Pagamento de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2015	R\$0,24891	31/05/2016	(16.092)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$15.219)	R\$0,23529	14/09/2016	13.083
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$15.219)	R\$0,23529	29/09/2016	(13.081)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$30.437)	R\$0,23529	12/12/2016	13.175
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$30.437)	R\$0,23529	28/12/2016	(13.175)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R\$30.437)	R\$0,23529	12/12/2016	13.178
Saldo em 31 de dezembro de 2016			13.188

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a destinação de parte do resultado do exercício do referido ano a título de dividendos adicionais no montante de R\$10.842, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral dos Acionistas, destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício atribuído aos proprietários da Controladora	88.269	133.065
Constituição de reserva legal (5%)	(4.414)	(6.653)
Lucro líquido do exercício ajustado	83.855	129.412
 Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	 20.964	 31.603
 Dividendos intercalares declarados referentes ao exercício	 -	 (17.542)
Juros sobre o capital próprio declarados referentes ao exercício	(45.656)	(34.209)
	(45.656)	(51.751)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	6.219	4.640
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(39.437)	(47.111)
Dividendos adicionais propostos	(10.842)	(16.094)
 <u>Resumo das destinações:</u>		
Reserva legal	4.414	6.653
Reserva para investimento	27.357	58.567
Dividendos e Juros sobre capital próprio	56.498	67.845
Lucro líquido do exercício	88.269	133.065

e) Outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (“CPC 02”), equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajustes acumulados de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das aquisições das mesmas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica era devedor em R\$77.227 (credor em R\$34.949 em 31 de dezembro de 2015). Esta variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, direta e indireta, diferentes do Real (Dólar e Euro) que se desvalorizaram em relação ao Real em aproximadamente 20% e 24%, respectivamente, no exercício findo de 31 de dezembro de 2016.

19. Resultado por ação

A Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	88.269	133.065
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação (em lotes de mil)	64.674	58.061
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais)	1,36483	2,29181
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das operações continuadas	1,02828	2,19669
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das operações descontinuadas	0,33655	0,09512

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Para os exercícios apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas investidas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde a quantidade de ações em circulação média dos exercícios apresentados.

20. Participações não controladoras

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício:	12.470	-
Participações não controladoras decorrentes da aquisição do Grupo Fundamenture		12.284
Participações não controladoras decorrentes da aquisição das empresas Uram (vide nota explicativa nº 10)	971	-
Participações não controladoras decorrentes da aquisição das empresas Inemator (vide nota explicativa nº 10)	241	-
Participação no resultado do exercício	126	33
Ajustes acumulados de conversão	(2.379)	153
Saldo no fim do exercício:	11.429	12.470

21. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto, principalmente, por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e *gift cards*. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecom

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A Administração da Companhia monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado, principalmente, com base no lucro alocado por segmento, que compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

31/12/2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Receitas							
Clientes	758.209	461.791	439.526	64.324	-	-	1.723.850
Intersegmento	10.918	215	135.489	2	(146.624)	-	-
Total das receitas	769.127	462.006	575.015	64.326	(146.624)	-	1.723.850
Custos	(678.248)	(285.442)	(284.687)	(28.823)	-	-	(1.277.200)
Despesas de vendas	(38.434)	(24.978)	(74.707)	(25.817)	-	-	(163.936)
Despesas administrativas	(34.274)	(40.043)	(24.304)	(2.793)	-	-	(101.414)
Intersegmento	(10.918)	(215)	(135.489)	(2)	146.624	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(68.104)	(68.104)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(45.750)	(45.750)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(817)	(817)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas							66.629
Resultado líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas – nota 10(i)	-	-	-	-	-	21.766	21.766
Lucro líquido do exercício							88.395

31/12/2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Ativos operacionais	451.591	186.104	204.147	27.958	(29.086)	-	840.714
Clientes	101.546	69.907	154.394	14.494	(29.086)	-	311.255
Estoques	86.608	13.615	26.228	2.548	-	-	128.999
Imobilizado	263.437	102.582	23.525	10.916	-	-	400.460
Passivos operacionais	56.101	12.530	64.022	2.460	(29.086)	-	106.027
Fornecedores	56.101	12.530	64.022	2.460	(29.086)	-	106.027

31/12/2015	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Receitas							
Clientes	844.733	429.797	307.849	55.028	-	-	1.637.407
Intersegmento	1.570	818	30.885	-	(33.273)	-	-
Total das receitas	846.303	430.615	338.734	55.028	(33.273)	-	1.637.407
Custos	(732.032)	(248.210)	(202.204)	(24.249)	-	-	(1.206.695)
Despesas de vendas	(45.043)	(16.362)	(41.388)	(17.856)	-	-	(120.649)
Despesas administrativas	(41.490)	(36.326)	(14.896)	(3.133)	-	-	(95.845)
Intersegmento	(1.570)	(818)	(30.885)	-	33.273	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(26.011)	(26.011)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(78)	(78)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(14.193)	(14.193)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(46.361)	(46.361)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas							127.575
Resultado líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas – nota 10(i)	-	-	-	-	-	5.523	5.523
Lucro líquido do exercício							133.098

31/12/2015	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Ativos operacionais	557.963	182.507	223.577	29.181	(9.692)	-	983.536
Clientes	137.164	74.497	155.955	15.217	(9.692)	-	373.141
Estoques	127.904	12.226	39.040	2.661	-	-	181.831
Imobilizado	292.895	95.784	28.582	11.303	-	-	428.564
Passivos operacionais	50.512	9.315	80.748	1.291	(9.692)	-	132.174
Fornecedores	50.512	9.315	80.748	1.291	(9.692)	-	132.174

As rubricas “outras despesas operacionais, líquidas”, “receitas (despesas) financeiras, líquidas” e “imposto de renda e contribuição social sobre o lucro” estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional.

Informações geográficas

A Companhia e suas investidas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia e Indonésia.

Por não serem individualmente representativas, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA, Espanha, Argentina e Dinamarca estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	Receitas		Ativos não circulantes (*)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Informações geográficas				
No país sede da entidade - Brasil	863.072	881.432	288.643	332.335
Nos Estados Unidos da América	419.101	480.166	319.324	361.516
Na Espanha	72.916	131.176	395.801	420.018
Na Dinamarca (**)	269.232	38.994	90.914	122.563
Na Argentina	94.322	98.582	9.546	11.216
Nos demais países estrangeiros	5.207	7.057	1.322	1.864
Total	1.723.850	1.637.407	1.105.550	1.249.512

(*) Não contempla tributos diferidos.

(**) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia e Indonésia.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), equivalente ao IFRS 8, a Administração da Companhia informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia e suas investidas.

22. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	64.943	134.386	109.466	179.459
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	22.081	45.691	37.218	61.016
Adições				
Despesas indedutíveis	64	-	-	-
Provisão para perdas sobre crédito	-	-	74	-
Não dedutibilidade das despesas com depreciação	972	2.633	973	2.633
Lucro no exterior	-	-	2.909	-
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(33.829)	(34.585)	(659)	(1.851)
Juros sobre capital próprio	(15.523)	(11.631)	(15.523)	(11.631)
Lucro no exterior	2.909	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	(943)	-
Parcela isenta do adicional	-	-	(72)	-
Diferença de alíquota - lucro presumido	-	-	456	(821)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	(3.891)	(1.537)
Outras adições (exclusões), líquidas	-	(787)	529	(1.448)
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	(23.326)	1.321	21.071	46.361
Alíquota efetiva	(35,92%)	0,96%	19,25%	25,35%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	9.183	50.053	49.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.326)	(7.862)	(28.982)	(2.971)
	(23.326)	1.321	21.071	46.361

23. Planos de benefícios de aposentadoria

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados localizados no Brasil de acordo com os grupos definidos na política interna do plano de previdência. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e suas investidas em fundos controlados por agentes fiduciários.

A Companhia contribui com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria, sendo a única obrigação da Companhia com relação ao plano de aposentadoria a de fazer tais contribuições.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia e suas investidas reconheceram na demonstração de resultado do exercício na rubrica dos custos dos produtos vendidos e despesas operacionais, os seguintes valores relacionados a benefícios:

	Controladora		Consolidado	
Benefícios	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Plano de previdência privada	3.611	3.261	3.859	3.445
Total:	3.611	3.261	3.859	3.445

24. Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a remuneração dos administradores, conselheiros e demais diretores não estatutários, registrada na demonstração do resultado que, incluem encargos sociais e demais benefícios está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	31/12/2016
Remuneração fixa anual	2.313	392	5.901	1.848	10.454
Remuneração	1.402	392	5.227	1.590	8.611
Benefícios	911	-	674	258	1.843
Remuneração variável	-	-	382	-	382
Encargos por ônus do empregador	-	-	1.997	597	2.594
Total da remuneração (*):	2.313	392	8.280	2.445	13.430

(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2016, corresponde ao montante de R\$13.500.

Controladora e Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	31/12/2015
Remuneração fixa anual	2.235	248	4.541	2.617	9.641
Remuneração	1.265	248	4.108	2.406	8.027
Plano de previdência privada	970	-	433	211	1.614
Remuneração variável	-	-	4.396	2.357	6.753
Total da remuneração:	2.235	248	8.937	4.974	16.394

25. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia e suas investidas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas investidas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas investidas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro 2016, são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	N/A	21.522	21.522	128.237	128.237
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	230.969	230.969	266.540	266.540
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	323	323	6.165	6.165
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	119.683	119.683	337.099	337.099
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	34.435	34.435	106.027	106.027
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	390.698	405.189	763.936	776.212

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	N/A	22.048	22.048	127.124	127.124
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	55.041	55.041	114.159	114.159
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo por meio do resultado	-	-	9.314	9.314
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	138.445	138.445	382.357	382.357
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	38.081	38.081	132.174	132.174
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	254.548	253.375	726.798	743.164

Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46 / IFRS 13, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como Nível 1 e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Descrição	31/12/2016	Valor de mercado	Outros impactos	Controladora
		para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	230.969	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	323	-
Total dos ativos	-	230.969	323	

Descrição	31/12/2015	Valor de mercado	Outros impactos	Controladora
		para ativos idênticos (Nível 1)	significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	55.041	-	-
Total dos ativos	-	55.041	-	

Descrição	Consolidado		
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
31/12/2016			
Ativo			
Equivalentes de caixa	-	266.540	-
Títulos e valores mobiliários		-	6.165
Total dos ativos	-	266.540	6.165

Descrição	Consolidado		
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo	31/12/2015		
Equivalentes de caixa	-	114.159	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	9.314
Total dos ativos	-	114.159	9.314

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI. Para os empréstimos mais relevantes da Companhia o indexador atrelado é a taxa Libor.

- **Risco de câmbio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas investidas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e suas investidas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e suas investidas a uma estimativa de valorização do Real em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real, conforme descritas na nota 2.6 (b). A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das investidas convertido para o real no fim do período de relatório e considerando uma desvalorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A valorização do real resultaria em uma redução no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

Moeda	31/12/2016	
	25%	50%
Peso Argentino	7.041	14.081
Peso Colombiano	161	323
Peso Mexicano	1.019	2.037
Peso Uruguaio	277	554
Euro	118.996	237.992
Dólar americano	52.522	105.043

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano (“Dólar”) e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro 2016, em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$4.379 e R\$8.759 relacionado a esses saldos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e suas investidas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- **Contas a receber**

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido a solidez de tais clientes, a Administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber (nota explicativa nº 5).

- **Depósitos em bancos e instituições financeiras**

Todas as operações da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da Administração da Companhia, minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia e suas investidas não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas investidas.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	34.435	-	-	-	-	34.435
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	66.085	324.613	-	390.698
Total	34.435	-	66.085	324.613		425.133

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	106.027	-	-	-	-	106.027
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.187	9.642	288.724	460.383	-	763.936
Total	111.214	9.642	288.724	460.383	-	869.963

Análise de sensibilidade

A Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados: (i) à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras. (ii) à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora e (iii) à taxa Libor no que tange os empréstimos captados pela Companhia e suas investidas através da subsidiária Valid USA.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI, já os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria nenhum benefício.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pelo BM&F Bovespa datado em 02 de fevereiro de 2017 foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 10,80%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	230.969	CDI	10,80%	8,10%	5,40%
Receita financeira bruta			24.945	18.708	12.472

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	266.540	CDI	10,80%	8,10%	5,40%
Receita financeira bruta			28.786	21.590	14.393

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2016. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, alcançando o indexador de 11,51% para a quarta emissão, para a quinta emissão 109% e para sexta emissão 114,8% do CDI projetado alcançando o indexador de 12,40%, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (4ª emissão)	127.865	CDI +0,71%	11,51%	14,21%	16,91%
Despesa financeira bruta			14.717	18.170	21.622

Operação	Saldos em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (5ª emissão)	62.638	109% CDI	11,77%	14,72%	17,66%
Despesa financeira bruta			7.372	9.220	11.062

Operação	Saldos em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (6ª emissão)	200.195	114,8% CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Despesa financeira bruta			24.824	31.030	37.236

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da controlada indireta Certificadora com o financiamento em 31 de dezembro de 2016. Foi considerada a taxa de 7,5% como TJLP projetada e divulgadas pelo BNDES em 2 de dezembro de 2016 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES	11.840	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Despesa financeira bruta			888	1.111	1.332

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da controlada indireta Valid USA com os empréstimos em 31 de dezembro de 2016. Foi considerada 1,92% como Libor projetada e divulgadas pelo Terminal Bloomberg em 16 de janeiro de 2017 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	298.664	Libor	1,92%	2,40%	2,88%
Despesa financeira bruta			5.734	7.168	8.602

26. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	62.514
Riscos operacionais	1.005.624
Riscos diversos	170.307
Veículos	1.590
D&O - Responsabilidade civil executivos	51.073
E&O - Responsabilidade profissional	339.910
Fidelidade e Crime	11.518
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 15.500

27. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas de produtos	59.368	92.716	759.540	787.175
Receita bruta de vendas de serviços	712.240	686.113	1.101.023	997.224
Total da receita bruta	771.608	778.829	1.860.563	1.784.399
Impostos sobre vendas	(98.346)	(101.372)	(122.642)	(128.831)
Devoluções sobre vendas	(6.776)	(7.307)	(14.071)	(18.161)
Receita de vendas líquida	666.486	670.150	1.723.850	1.637.407

28. Custos e Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento dos custos e despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesa por natureza				
Mão de obra	158.175	158.987	384.660	365.631
Benefícios a empregados	68.998	58.451	95.293	79.878
Impostos e taxas	53.752	50.389	84.719	81.005
Arrendamento operacional	31.025	27.896	47.915	45.453
Depreciação e amortização	43.377	39.648	96.216	86.807

	Controladora		Consolidado	
Despesa por natureza	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Material de consumo/Matéria prima	158.857	164.063	481.274	468.027
Serviços de terceiros	23.815	29.363	113.394	77.891
Manutenção	12.182	12.096	25.489	26.200
Utilidades e serviços	41.052	42.374	86.166	86.425
Comissões sobre vendas	8.720	8.756	38.340	31.811
Frete sobre vendas	10.830	10.817	23.933	24.384
Gerais e outros	32.473	30.165	65.152	49.677
	643.256	633.005	1.542.551	1.423.189
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	562.576	544.305	1.277.200	1.206.695
Despesas com vendas	38.964	43.074	163.936	120.649
Despesas gerais e administrativas	41.716	45.626	101.415	95.845
	643.256	633.005	1.542.551	1.423.189

29. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	15.980	9.091	27.886	21.335
Variação cambial e juros sobre mútuos	2.192	44.732	-	57.695
Variação cambial	1.615	4.559	23.930	21.361
Outras receitas financeiras	1.303	194	1.212	2.200
	21.090	58.576	53.028	102.591
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos, financiamentos	(46.408)	(32.825)	(63.568)	(47.522)
Juros e variação cambial	(2.821)	(4.082)	(24.290)	(20.383)
Variação cambial e juros sobre mútuos	(4.629)	(18.564)	(2.785)	(33.555)
Juros e variação cambial de leasing	(1.277)	(2.490)	(1.434)	(3.611)
Despesas bancárias	(1.751)	(2.703)	(5.191)	(6.788)
Outras despesas financeiras	(441)	(553)	(1.510)	(4.925)
	(57.327)	(61.217)	(98.778)	(116.784)
Total líquido	(36.237)	(2.641)	(45.750)	(14.193)

A variação cambial e juros sobre mútuos, no consolidado, refere-se aos ganhos e perdas derivados das flutuações das moedas dos contratos de mútuos firmados, quando estas estão indexados em moeda diferente da moeda funcional das entidades.

A variação cambial auferida na Controladora, refere-se, principalmente, à variação cambial dos adiantamentos a fornecedores. No Consolidado tal rubrica está impactada pela atualização do contas a receber e a pagar atrelados a transações com moeda diferente da moeda funcional da entidade.

30. Outras despesas operacionais

As principais informações de registradas na rubrica de outras despesas operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão sendo apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para despesas com reestruturação:				
Provisão para despesas com reestruturação	(14.777)	-	(34.008)	-
Outras despesas operacionais líquidas	(6.771)	(1.840)	(34.096)	(26.011)
Total de outras despesas operacionais	(21.548)	(1.840)	(68.104)	(26.011)

A Companhia e suas investidas decidiram realizar a consolidação de plantas nas regiões do Brasil e Estados Unidos da América, ambas em maio de 2016, através de um plano detalhado aprovado pela Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas investidas realizaram a constituição de provisão para os gastos com reestruturações, com o objetivo de otimizar seus recursos, incrementar seu desempenho operacional e competitividade. Inclui as seguintes naturezas: mão de obra, provisão para desmobilização e outras pulverizadas.

A previsão para que ocorra o desembolso de recursos envolvendo estas consolidações é até o final do primeiro trimestre de 2017. Em função das diferenças temporais tributárias nesta operação, foram constituídos a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que estão registrados, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$1.485 e R\$2.851 respectivamente, conforme nota nº 9.

31. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizado e intangível adquiridos e não pagos	1.895	1.628	3.628	2.510
Ações em tesouraria resgatadas para liquidação de passivo	-	1.994	-	1.994
Dividendos declarados e não recebidos	-	18	-	18
Captação de leasing financeiro	12.045	-	22.232	-
Custo na venda da participação acionária	-	-	26.907	-
Capitalização Mútuo Valid USA	-	-	25.191	-
Capitalização Mútuo Espanha	39.600	39.631	39.600	-
Incorporação da controlada Trust	4.262	-	-	-
Capitalização Mútuo Argentina	478	-	478	-

Além das transações acima, que não envolvem caixa, devem ser consideradas os saldos oriundos das combinações de negócios ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme divulgados na nota explicativa nº 10.

32. Eventos Subsequentes

- Em 29 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$13.181.
 - Em 01 de fevereiro de 2017, foi aprovado o aumento de capital na controlada Sucursal Colômbia no valor correspondente de US\$ 450 mil (equivalentes a R\$1.399 na data da transação).
 - A Companhia encerrou o plano de recompra de ações, iniciado em 04 de fevereiro de 2016. Em 01 de fevereiro de 2017, iniciou nesta mesma data, um novo plano de recompra de ações. O objetivo é a aquisição de ações da Companhia, sem redução do capital social, para posterior cancelamento, alienação e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes do Plano de Incentivo de Aquisição de Ações dirigido a seus Diretores e Superintendentes. A quantidade máxima autorizada é de até 1.000.000 de ações ordinárias, correspondentes a aproximadamente 1,57% das ações em circulação com prazo máximo para a realização da recompra de 365 dias contados a partir de 01 de fevereiro de 2017.
-